pombalina
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Itineraria sacra: Bracara Augusta fidelis et antica

Author(s: Morais, Rui; Bandeira, Miguel; Pinho, Eliana Manuel

Published by: Imprensa da Universidade de Coimbra

Persistent URL: URI:http://hdl.handle.net/10316.2/31802

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0676-7

Accessed : 31-Aug-2020 13:03:10

The browsing of UC Digitalis, UC Pombalina and UC Impactum and the consultation and download of titles contained in them presumes full and unreserved acceptance of the Terms and Conditions of Use, available at https://digitalis.uc.pt/en/terms_and_conditions.

As laid out in the Terms and Conditions of Use, the download of restricted-access titles requires a valid licence, and the document(s) should be accessed from the IP address of the licence-holding institution.

Downloads are for personal use only. The use of downloaded titles for any another purpose, such as commercial, requires authorization from the author or publisher of the work.

As all the works of UC Digitalis are protected by Copyright and Related Rights, and other applicable legislation, any copying, total or partial, of this document, where this is legally permitted, must contain or be accompanied by a notice to this effect.

pombalina.uc.pt
digitalis.uc.pt

ITINERARIA SACRA

BRACARA AVGVSTA FIDELIS ET ANTICA

RUI MORAIS
MIGUEL BANDEIRA
ELIANA MANUEL PINHO

CLASSICA
INSTRVMENTA

Fotografia da Capa

Prometeu Agrilhoado (escultura de José Rodrigues).

Universidade do Minho. Campus de Gualtar.

CLASSICA
INSTRVMENTA

ITINERARIA SACRA
BRACARA AVGVSTA FIDELIS ET ANTICA

RUI MORAIS
MIGUEL BANDEIRA
ELIANA MANUEL PINHO

Título • Iteneraria Sacra • Bracara Avgvsta Fidelis et Antica
Autor • Rui Morais, Miguel Bandeira e Eliana Manuel Pinho

Ficha Técnica

CLASSICA INSTRVMENTA – Monografias de História de Arte e Arqueologia

Coordenador Científico do plano de edição: Maria do Céu Filho

Comissão Redactorial
José Ribeiro Ferreira
Maria de Fátima Silva
Francisco de Oliveira
Nair Castro Soares

Director Técnico: Delfim Leão

Conselho Editorial
Adolfo Fernández Fernández | Vigo
Amílcar Guerra | Lisboa
Ángel Morillo Cerdán | Madrid
Carlos Fabião | Lisboa
Luísa de Nazaré Ferreira | Coimbra
Maria Helena da Rocha Pereira | Coimbra
Nuno Simões Rodrigues | Lisboa
Pedro Carvalho | Coimbra
Rui Morais | Braga/Coimbra

Edição
Imprensa da Universidade de Coimbra
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
E-mail: imprensauc@ci.uc.pt
Vendas online:
http://livrariadaimprensa.uc.pt

Coordenação editorial
Imprensa da Universidade de Coimbra

Concepção gráfica
António Barros

Infografia
Carlos Costa

Ilustrações
César Figueiredo

Créditos Fotográficos
Manuel Santos

Impressão e Acabamento
Clássica - Artes Gráficas, S.A.

ISBN
978-989-26-0675-0

ISBN Digital
978-989-26-0676-7

DOI
http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0676-7

Depósito Legal
364448/13

Obra Publicada com o apoio de:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

POCI/2010

© Setembro 2013.
Imprensa da Universidade de Coimbra
Classica Digitalia Vniversitatis Conimbrigensis (http://classicadigitalia.uc.pt)
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

Reservados todos os direitos. Nos termos legais fica expressamente proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio, em papel ou em edição electrónica, sem autorização expressa dos titulares dos direitos. É desde já excepcionada a utilização em circuitos académicos fechados para apoio a leccionação ou extensão cultural por via de *e-learning*.

ITINERARIA SACRA
BRACARA AVGVSTA FIDELIS ET ANTICA

RUI MORAIS
MIGUEL BANDEIRA
ELIANA MANUEL PINHO

(Página deixada propositadamente em branco)

Sumário

Prefácio 9

A Memória Humanista 17

1º Itinerário – A Concepção Geométrica de *Bracara Augusta* 33
2º Itinerário – *Auspicia Urbana* 47
3º Itinerário – A Evocação Feminina 61
4º Itinerário – *Bracarae, axis mundi:* do *forum* romano à catedral de Santa Maria 81

A Perenidade da *urbs* 109
Figuras 121
Estudos 125

[1] Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho. moiseslmartins@gmail.com

PREFÁCIO

Bracara Augusta

um sentido para diante, a descobrir e a abrir

Moisés de Lemos Martins[1]

(Página deixada propositadamente em branco)

Num tempo que tem a pulsão do presente, do imediato e do sensível, é possível que cresça em nós a sensação de estarmos a falar a partir do lugar errado: o mundo é cada vez menos signo, representação, para se tornar imagem, artefacto tecnológico. Deste modo, à palavra a que se obedecia pela escuta (*ob/audire* é ouvir uma palavra e fazer-se seu discípulo), ou seja, à logosfera sucede a videosfera, o contacto desabitado do corpo do outro, do corpo que há que dar à comunidade, enfim, sucede a ligação sem corpo, a ligação que não é relação, nem interação, a ligação que não faz comunidade. O corpo que há que dar à comunidade exige o ato de escrita, dado que é a inscrição, pela escrita, de uma memória no tempo, que torna solidárias as gerações, colocando-as numa mesma linha de continuidade e convocando-as para um destino e uma identidade comuns.

Itineraria Sacra. Bracara Augusta Fidelis et Antica é um majestoso exercício de memória sobre a cidade de Braga, entendida a memória como um lugar, tanto de persistências, como de metamorfoses. Propondo-nos quatro itinerários da cidade, os autores traçam a memória bimilenar desta cidade, uma urbe de natureza bifronte, simultaneamente pagã e cristã.

No primeiro itinerário, sobe à boca de cena o debate sobre as relações entre a arquitectura e a matemática, com as regras da geometria a serem aplicadas no planeamento e na organização do espaço urbano: os estudos prévios que terão presidido à fundação da cidade, seguindo as trajectórias aparentes do sol nos solstícios e nos equinócios; e a ligação de Braga a Lugo e a Astorga, perfazendo os vértices de um triângulo pitagórico, em que os números apenas são usados para distribuir proporção, equilíbrio e justiça, à maneira do geómetra de Timeu.

O segundo itinerário convoca a dimensão mágico-religiosa da cidade que, num primeiro momento, presta culto ao imperador, ao ser convertida por vontade de Augusto numa comunidade de cidadãos, ela que até aí fora mero território ocupado militarmente, e que depois é refundada para renascer como comunidade cristã.

A presença obsessiva da evocação feminina na memória da cidade constitui o objecto do terceiro itinerário. Nas representações da deusa egípcia Ísis, a amamentar o enigmático Hórus, até à iconografia de Nossa Senhora do Leite e às figurações religiosas de Santa Maria de Braga, e mesmo à alegoria urbano-feminil barroca, que pontua o frontão do Arco da Porta Nova, temos testemunhos consonantes com a natureza ancestral da cidade, que por um lado recorrentemente se deixou personificar numa invocação feminina, e que por outro lado, foi sempre mais credos e ideias do que comércio de bens e serviços, com divindades egípcias, santos infaustos, martirizados no tempo de Diocleciano, e com São Martinho de Dume, evangelizador dos suevos.

O quarto e último itinerário dá conta da passagem do *forum* romano à catedral de Santa Maria, com ambos os *loci* a deterem a centralidade da Cidade, posicionados que estavam como pontos equidistantes "do perímetro máximo das respetivas muralhas, a romana e a medieval". Na transição do mundo romano para o medieval, o processo de reconversão dos templos pagãos, e de outros tipos de edifícios públicos romanos, em lugares de culto cristão é acompanhado na Cidade por grandes transformações topográficas e urbanísticas.

O *forum* romano, enquanto *locus inauguratus* e *templum augurale*, a sé catedral, como *locus* refundador da nova cidade pela consagração cristã do templo, as ancestrais vias romanas, retomadas na rede de estradas por onde circulam hoje os bracarenses, os étimos toponímicos que dão o nome, por exemplo, às freguesias urbanas da Cividade e de Maximinos, assim relacionando a cidade com o seu passado romano, a deusa Tyche, que na antiguidade "tutelava a cidade", a Santa Maria de Braga, o teatro romano, o Theatro Circo, os dois estádios de futebol marchetados de motivos pagãos…, aqui estão outros tantos elementos que revestem a Cidade de uma fala mítica, misturando em permanência o passado, o presente e o futuro de si mesma (o que ela é, o que a distingue das outras, e também aquilo que ela foi e aquilo em que se transformou), assinalando deste modo a sua realidade intrinsecamente múltipla e polimorfa.

A questão da memória conduz-se à seguinte questão: porque é que o passado importa? Para assinalar alguns exemplos, quer se trate do balneário pré-romano, hoje integrado no novo edifício da estação de caminho de ferro, ou então da gravura do santuário romano da Fonte do Ídolo, publicada por Jerónimo Contador de Argote, ou ainda da inscrição relativa à refundação da cidade, em 1089, integrada na fachada do Largo de D. João Peculiar da Sé de Braga, ou enfim, do mais antigo mapa da cidade de Braga, datado de 1594, atribuído ao gravador alemão Georgius Braunio, onde é possível identificar as construções mais emblemáticas da urbe medieval e da cidade quinhentista, a conclusão a tirar é sempre a mesma: está escrito o que, de outro modo, teria desaparecido. Com efeito, é o que está escrito que nos permite compreender como sentiram, pensaram e fizeram as gerações que nos precederam, que soluções encontraram, como imaginaram, o que não puderam saber, por que razão atribuíram importância a certos aspectos e desconsideraram outros, que representações de si quiseram que se perpetuassem, em que é que acreditaram.

Bracara Augusta é um trabalho de arqueologia. Mas é sobretudo um estudo que nos ajuda a pensar a cidade de Braga e a sua identidade, ou seja, a sua emergência e consolidação como unidade política, económica, social e cultural, ao longo da história, como centro de poder e como capital regional (*Bracara* terá chegado a ser uma das "vinte cidades mais ricas do Império"), com a arqueologia a ser trazida para a cena alargada de um debate comum às ciências sociais e humanas, a de uma multiplicidade de perspetivas (sócio-antropológicas, geográficas, demográficas, arquitectónicas, urbanísticas, de história das religiões, de ciência política), para explicar um percurso histórico.

A arqueologia tem uma natureza e um destino associados à constituição do Estado-Nação, e mais especificamente a uma dimensão do Estado-Nação a que podemos chamar identidade nacional. A arqueologia intervém, deste modo, na constituição do património, naquilo a que Michel Foucault e Jacques Derrida chamaram simplesmente o "arquivo". A profissionalização da arqueologia, por se ocupar

do arquivo, ou seja, da constituição do património, de escavações e de restauro, está ligada à ideia de um mundo conservado. Falando, todavia, de conservação do território, não é apenas a ideia de nação que assoma à discussão. A ideia de conservar território convoca também a identidade local e regional, por exemplo, os marcos de referência de uma cidade, que todavia não devem confundir-se com o a-histórico reduto de uma essência imperdível e intransformável, nem com a nostalgia de uma originária natureza desaparecida. Deste modo, a identidade local e regional da cidade de Braga não remete para nenhum território estável, conhecido e fixado de uma vez por todas, para um território com um fundamento seguro e definido como coisa feita, mas para a inscrição, pela escrita, de uma bimilenar memória no tempo.

As linhas de que é feita a memória das gentes traçam-na, sem dúvida, as comunidades humanas, locais, regionais ou nacionais, no seu percurso histórico. E a história tanto se faz instituição (coisa, estado social, estrutura), como também se faz corpo (relação, processo, movimento). Obra de memória, as representações sociais são, sobre a realidade social (ao mesmo tempo, estruturas e processos), o incessante trabalho através do qual as comunidades humanas simultaneamente se constituem e dão conta da sua existência. No entanto, as estruturas e as representações refletem realidades homólogas: numas e noutras se exprimem objectivos, lutas, tentativas apaixonadas para delimitar territórios e pertenças. E se é verdade que podemos sentir alguma incomodidade diante do halo essencialista de que se reveste muitas vezes o conceito de identidade (local, regional e nacional), não é menos verdadeira a nossa incomodidade, quando as estruturas sociais sofrem do mesmo efeito ideológico de reificação social, de que falava Roland Barthes, que converte a história em natureza e a contingência em eternidade.

Dado este entendimento, e tendo em atenção o belo livro que os autores dão à estampa, a ideia de identidade local e regional de *Bracara Augusta* não é tanto um sentido que está por detrás da Cidade, no seu passado, como uma coisa velada, mas sobretudo um sentido

que está à sua frente, como alguma coisa a descobrir e a abrir, como um mundo possível e como uma maneira possível de a cidade de Braga traçar hoje um rumo e fazer o seu caminho.

Itineraria Sacra. Bracara Augusta Fidelis et Antica apresenta-se, neste sentido, de um modo exemplar. O espírito que a habita é bem expresso nas páginas que concluem a obra. Escrevem os autores, "mais do que uma ruína, um fragmento, uma ideia ou um hábito", aquilo que subsiste "faz de Braga uma cidade que enlaça a sua ancestralidade com os tempos atuais, onde essa memória está sempre presente, ainda que sujeita a um processo permanente de reconstrução".

Num tempo que tem o apurado sentido da precariedade, porque é instável, imprevisível, descontínua e mutável a natureza própria da relação, do processo e do movimento que constitui a vida, somos hoje tentados a valorizar o presente, ou seja, o efémero, o fugaz, o volátil. A prática arqueológica contraria, todavia, esta tendência. Utilizando como suporte as possibilidades do arquivo, que compreende, além de inscrições e outros testemunhos escritos, a cultura material, de pedras, vidros, bronzes e barros, assim como a arquitetónica dos espaços, a prática arqueológica inscreve-se num movimento de cidadania atinente ao conhecimento do passado, movimento esse que nos permite imaginar com verosimilhança a vida social de antanho, os modos de sentir, pensar e fazer, enfim, os modos de viver de uma comunidade.

No actual contexto, de fragmentação da experiência humana e de hemorragia do sentido (ou seja, de crise da razão história e de crise do humano), nunca se falou tanto de narrativas e de memória social: reconstrução de memórias, reconfiguração de narrativas identitárias, heranças patrimoniais fazedoras de novas narrativas, ou seja, resgate de memórias para a reconfiguração de sentidos. Não é outra a ideia que preside, por exemplo, à reconstituição de festas romanas, de feiras medievais, de ambientes de época, e também do resgate de identidades, do resgate de imagens pré-romanas e romanas, do resgate do património material e imaterial de uma cidade.

Depois do estilhaçamento da razão histórica, resgatam-se hoje memórias e identificam-se vestígios, fragmentos, para reconfigurar sentidos: os velhos álbuns de fotografias antigas, o registo de imagens da ficção cinematográfica, as histórias de vida, os espólios de família, as narrativas de infância, as memórias do folclore tradicional… e também os sítios de escavação arqueológica, a disposição dos objectos da cultura material, as inscrições tumulares, em colunas e em altares votivos, os fragmentos de bronzes figurando deusas ou patas de estátuas equestres, ou então os fragmentos de moedas, de taças e vasos de vidro, de utensílios de barro, e mesmo as reconstituições multimédia de espaços e ambientes ancestrais. Neste contexto e muito a propósito, Jacques Derrida falava da "febre de arquivo" como de uma das obsessões do nosso tempo.

Diz-se, com razão, que a experiência contemporânea é, hoje, mais a do número e da civilização que ela produz (a civilização da imagem) que a da palavra; é mais a das emoções que a das ideias. No entanto, esta obra de Rui Morais, Miguel Bandeira e Eliana Pinho, recoloca-nos diante do nosso destino, o de animais de fala mítica, pelo regaste de memórias e pela reconfiguração de sentidos, uma mitopoética construída com fragmentos, estilhaços e vestígios do passado. Com efeito, tal como os indivíduos, também as cidades procuram reconfigurar um sentido, o de uma comunidade cívica, na confluência de acontecimento, memória e experiência, por entre ressonâncias, sonoridades, ritmos e cadências, fluindo e ressoando no tempo, como seres indeterminados que se procuram e constroem, e também se desconstroem, para de novo se reconstruírem.

A MEMÓRIA HUMANISTA

SIC STEMUS AD PSALENDUM
VT MENS NOSTRA CONCURDET
VOCI NOSTRA
O EXM.MO S.OR D. DIOGO DE SOUZA, ARCEBISPO PRIMAZ.

O fim, para que os homens inventaram os livros, foi, para conservar a memória das coisas passadas contra a tirania do tempo, e contra o esquecimento dos homens, que ainda é a maior tirania.

P. António Vieira (Sermão de Nossa Senhora da Penha de França, pregado em 1652.

Desde o Renascimento, os artistas e os intelectuais europeus mantiveram um diálogo contínuo e fluido com o passado clássico. Em Braga, a "revisitação" da cidade passa a ser particularmente assumida a partir do século XVI, fruto dos humanistas bracarenses que se lançaram na busca da antiga cidade romana e na redescoberta da sua história. Uma das figuras mais proeminentes foi D. Diogo de Sousa (1461-1532), figura ímpar do prelado bracarense (fig. 1).

D. Diogo de Sousa teve uma formação humanista em parte graças à sua estada em Itália como enviado junto da Santa Sé. Habitualmente as pessoas enviadas a Roma tinham de possuir acrisoladas qualidades para a missão que iriam desempenhar. Roma do século XVI era a capital da Cristandade, mas também um dos lugares sagrados da cultura clássica. O prelado teria certamente vivenciado e usufruído das oportunidades que esta cidade oferecia. Os vestígios do Império Romano, como o Coliseu, o Panteão ou os *fora*, fascinavam os recém-chegados. A cidade era uma espécie de museu ao ar livre, quer pela quantidade de obras de arte, quer pelo ambiente luminoso das suas ruínas que testemunhavam um passado formidável.

O espírito da época ficou vinculado de um modo particular às "embaixadas de obediência" aos papas. O vínculo de Portugal com Roma justificava que aí se tentasse divulgar o gigantesco esforço da epopeia dos Descobrimentos e se levasse a novidade das terras descobertas. D. Diogo de Sousa, à data bispo do Porto, foi um dos enviados da "grande e nobre comitiva" ao Papa Júlio II que deu entrada em Roma a 1 de Junho de 1505. Desta embaixada fizeram parte Diogo Pacheco, jurisconsulto e orador, e João Saldanha, embaixador e cavaleiro da Ordem de S. Tiago. Depois do cortejo deu-se a

audiência do Papa, ao qual foi oferecido uma soberba cruz de prata trazida da Índia e uma outra série de presentes, entre os quais se contavam animais exóticos: papagaios, macacos, leopardos e aves raras. Um dos frutos da embaixada foi a transferência de D. Diogo de Sousa, do Porto para Braga, facto atestado por um breve datado de 15-07-1505 (Cardoso 2001: 51).

Enquanto arcebispo de Braga, entre 1505 e 1532, D. Diogo de Sousa alterou a fisionomia do burgo medieval através de grandes modificações urbanísticas e arquitectónicas. A ele também se deve a preservação da memória romana da cidade, atribuindo-se-lhe a reunião de uma importante colecção de lápides e miliários, recolhidos em Braga e arredores, primeiro no Campo da Vinha e depois no Campo de Sant'Anna. Neste caso, alguns destes materiais, entre os quais lajes epigrafadas, incorporaram as paredes da pequena capela oitavada de *Sant'Anna*, que foi erguida no local.

O mais antigo *mapa da cidade*, datado de 1594 e atribuído ao gravador alemão Georgius Braunio (mais conhecido – entre nós–, por Mapa de Braunio), ilustra bem as alterações topográficas e urbanísticas da Braga quinhentista e mostra a disposição dos miliários no referido Campo de Sant'Anna (actual Avenida Central). Trata-se de uma gravura única, de grande valor artístico e histórico, onde é possível identificar as construções mais emblemáticas da urbe medieval e da cidade quinhentista. Mas aí também se ilustra alguns espaços outrora pertencentes à cidade romana, como é o caso do provável sítio do *forum* e de algumas das vias militares que saíam da cidade (fig. 2).

Da Braga seiscentista temos os testemunhos escritos reunidos nas obras de autores eruditos, como é o caso do arcebispo D. Rodrigo da Cunha que, na sua "*História eclesiástica dos arcebispos de Braga...*" (1634-35), ensaiou a primeira tentativa de síntese da história de Braga. Entre outras referências, o arcebispo, ao descrever as ruínas de grandes edifícios visíveis na paróquia de S. Pedro de Maximinos, refere que

"As memórias antiguas, que ha em Braga mostraõ que foi sempre cidade grandiosa. Sua primeira fundação, & assento naõ foi no lugar onde hoje se vê. Teue seu principio iunto à Igreja de Saõ Pedro de Maximinos onde se mostrão hoje ruínas de grandes edifícios, que dão testemunho de sua antigua maiestade. & ainda aparece hum como meo circulo lugar, onde estaua o amphiteatro, em que os Bracharenses ao modo Romano celebrauão suas festas".

Um século mais tarde, temos a figura do religioso Jerónimo Contador de Argote (1676-1749) que, enquadrado no espírito iluminista do século XVIII, procedeu à mais ampla tentativa de reconstituição da história da cidade romana a partir dos testemunhos arqueológicos e do recurso às fontes escritas. Nas suas "*Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga. Primaz das Hespanhas.*" (1732--34), Argote faz referência a diversas antigualhas da cidade (fig. 3) e interpreta e descreve as ruínas e inscrições. Para além de uma breve referência às ruínas da muralha romana, Argote confirma a existência de um anfiteatro romano nos seguintes termos:

> "*Fóra dos muros da Cidade, aonde agora está a Igreja de S. Pedro de Maximinos, estava o amfitheatro, onde se celebravaõ as festas, e jogos publicos; era redondo, e ainda no tempo do Illustrissimo Cunha appareciaõ vestigios muito claros da fabrica, segundo elle testifica na Historia dos Arcebispos de Braga, na primeira parte, capitulo terceiro. Hoje com trabalho se divisaõ as taes ruinas*".

Passados poucos anos (1751: 248), o Padre Luís Cardoso, no 2º volume do "*Dicionário Geográfico*", faz de novo referência às antiguidades romanas e volta a descrever, quase com as mesmas palavras, as ruínas do anfiteatro:

> "*... foy junto à Paroquia de S. Pedro de Maximinos, onde ainda hoje se vêm ruínas de grandes edificios, que daõ claros testemunhos de sua antiga magestade, e ainda se mostra hum como meyo circulo, lugar em que estava o anfiteatro, onde os Bracharenses, à maneira dos Romanos, celebravaõ as suas festas, e correndo desde de S. Pedro até ao Hospital de S. Marcos, apparecem vestigios, os quaes indicaõ, que até alli se estendia a Cidade antiga*".

Numa planta da cidade atribuída a André Soares, provavelmente datada de 1756, pode apreciar-se o local onde se situava a antiga igreja de S. Pedro de Maximinos (fig. 4).

Como descreve J. Peixoto nas suas "Memórias Particulares", no final do século XVIII, esta igreja

> "*estava no sitio quase fronteiro a uma quelha chamada o beco, que sai do meio da Rua da Cruz de Pedra…*"; "*Era a mais antiga igreja de Braga, que "existia desde o tempo dos romanos e escapou no tempo dos mouros".*

A igreja de S. Pedro de Maximinos foi mandada demolir por D. Gaspar de Bragança, na segunda metade do séc. XVIII, numa atitude que os bracarenses de então não compreenderam – *"manobra",* chama-lhe Peixoto (*apud* Nunes 1993a: 14).

Na mentalidade popular dos bracarenses, a origem da urbe e o legado romano passaram a fazer parte da ilustre história da cidade. Assim o parece demonstrar um – fragmento de *terra sigillata* hispânica – no qual se representa um grafito com o busto de um romano coroado datado do "Anno 1711" (fig. 5).

Pouco tempo passou para que a memória de *Bracara Augusta* se perpetuasse pela divulgação de novos achados, designadamente na *Gazeta de Lisboa* e nas *Memórias Paroquiais*.

No início da mesma década era publicada uma interessantíssima notícia na *Gazeta de Lisboa*, no dia 2 de Julho de 1750. Aí se dava conta de um "precioso tesouro" encontrado em Braga junto ao "Convento da Regeneração", no local onde existem vestígios da muralha romana. A importância deste achado justificou que, em 1897, Pedro Azevedo lhe faça referência na revista *O Archeólogo Português*, num estudo intitulado *Notícias archeologicas colhidas em documentos do século* XVIII. Segundo os dados ali reunidos, este tesouro, encontrado por quatro "homens do campo, cavando", era constituído por uma quantidade de peças em prata pesando na sua totalidade 240 marcos, ou seja, cerca de 57 kg (Morais 2002: 219).

Mas a história da cidade é também feita de itinerários e das memórias que estes podem conjugar. Vários foram os percursos percorridos por aventureiros ao longo da sua história bimilenar.

Perderam-se alguns, mas outros foram registados, plenos de simbolismo e de significado. Neste âmbito merece especial referência José Cornide, um ilustrado viajante galego e espião, de ofício ou circunstância, não o sabemos, que percorreu Espanha e Portugal de 1754 a 1801, e que esteve por diversas ocasiões em Braga.

Numa dessas viagens, em 21 de Novembro de 1800, transcreve a inscrição à deusa Ísis e várias das "columnas miliarias", que já atrás referimos, reunidas no Campo de Sant'Anna pelo arcebispo D. Diogo de Sousa.

A primeira viagem teria ocorrido 28 anos antes, momento em que muito provavelmente teria feito a descrição dos principais monumentos da cidade. Segundo os seus escritos,

> "*Braga, antigua capital de una chancillería en tiempos de los romanos, llamada Augusta por obsequio del emperador de este nombre, silla episcopal con pretensiones de primada de toda España, está situada en una corta y llana elevacíon desde la cual domina un frondoso vale que la rodea por todas partes y que, dividido en pequeñas heredades y rodeadas éstas de viñas colgadas en robles y otros árboles, ofrece a la vista una agradable perspectiva y a los naturales muchas utilidades que, unidas a las que produce la activa industria, les facilita sin escasez la subsistencia*" (Manuel Abascal, Rosario Cebrián 2009: 730).

A celebridade da cidade foi sendo registada nos anais da história. Em 1852, Pereira Caldas, um lente do Liceu e prolífico publicista bracarense, escreve uma espécie de roteiro, significativamente intitulado "*Apontamentos gerais sobre os mais notáveis objectos que podem atrair as atenções de SS. MM. F.F., na sua viagem pelo distrito de Braga em 1852*". Pereira Caldas chama a atenção de D. Maria II e do Príncipe D. Fernando, cujo interesse pelas artes era conhecido, para as

> "*valiosissimas ... antigualhas, que podem contemplar-se na capital do Minho. – A egreja da sé, que é templo tam antigo que até*

se há supposto como templo d'Isis; - a morada supposta das sanctas filhas de Calcia e de seu marido, e que mostra com tudo ser edificio antigo; - os restos apreciaveis das antigas muralhas da cidade; - o idolo singular dos Granjinhos, o qual ainda está sendo um phenomeno problematico, para as investigações dos archeologos; - os restos escassos que ainda apparecem, nas escavações, d'antigo amphitheatro romano; - as lapidas ou cippos antigos, que apparecem por diversas ruas, e as inscripções das Carvalheiras muito designadamente; - tudo são riquezas de grande valor, tudo são riquezas mui dignas d'examinar-se. E'no Campo das Carvalheiras sobre tudo, que existe uma lapida romana, cujo valor archeologico mal há palavras que o exprimam; - porque é ella, n'uma palavra, o pharol irretorquivel que vai alumiar a historia dos dominadores do mundo, n'uma epocha em que tudo tem sido escasso de documentos e de narrações inconcussas – em que tudo teem sido apenas umas meras conjecturas vagas, da parte dos historiadores" (1852: 12-13).

Mais tarde, em 1878, Braga é referida num dicionário de Geografia Universal, sobre Portugal, as Províncias Ultramarinas e o Brasil. Na entrada alusiva à cidade (que ocupa quatro páginas), faz-se algumas referências interessantes sobre as remotas origens da cidade e alude-se ao papel do arcebispo D. Diogo de Sousa e do local onde teria existido o anfiteatro romano:

"*São obscuras as noticias sobre a fundação de Braga. Querem uns que fossem os gregos os seus primeiros habitadores, outros que devesse a sua origem ao capitão carthaginez Himilcon, e outros finalmente aos gallos celtas, denominados gallos bracatos, d'onde procederia o seu nome de Brachara. D'estes primitivos colonisadores passou ao dominio dos romanos que a chamaram Brachara Augusta, elevando-a á categoria de colonia romana, convento juridico e chancellaria.*

Parece que foi, desde Caracalla, capital das províncias militares da Asturia e Gallaecia. Do tempo dos romanos é que provém

a maior quantidade de inscripções, cippos e outras antiguidades que ali se tem encontrado.

Em 1506 começou o arcebispo D. Diogo de Sousa a fazer colligir no Campo da Vinha diferentes inscripções descobertas na cidade e nos arrabaldes. Foram depois transferidas para o Campo de Sant'Anna, onde mais tarde se lhes juntaram outras. No local, onde está a igreja de S. Pedro de Maximinos é onde parece que estava assente a antiga Brachara Augusta, encontraram-se em diversas épocas ruinas do amphitheatro, que servia para os jogos públicos, de aquedutos e outras construcções da época romana" *(Dicionário: 525).*

A memória da cidade romana fez sempre parte do imaginário bracarense. São inúmeros os apontamentos e as histórias que dão conta de frequentes achados. Desde o aparecimento de simples moedas, passando pelos mais curiosos tipos de fragmentos e curiosidades, até à propagação expectante de imaginários tesouros enterrados, o subsolo de Braga foi muitas vezes tomado como um domínio do fabuloso. Já com D. Gaspar de Bragança (1758-1789), fora ordenada, a partir do ano de 1769, a concentração dos testemunhos romanos, tais como marcos miliários e epígrafes, nas Carvalheiras (Bandeira 2001), criando assim, aquilo que hoje poderíamos chamar como um museu ao ar livre.

Durante a segunda metade do século XIX, o chamado período *fontista* dos *melhoramentos materiais*, o centro da cidade foi objecto de intenso processo de rectificação, alargamento e abertura de novas ruas, que acompanhou um surto edificador sem precedentes relativamente ao mecenato de D. Diogo de Sousa, sobretudo, incidente no *bairro das travessas*. Certamente por isso, e pela deliberação camarária (17-05-1886) de consignar as Carvalheiras como repositório de achados romanos em Braga, a edilidade, que tinha aí iniciado (1838/39) a construção de um jardim, projectou em 23-10-1897 criar *um pequeno edifício no* [já então reconhecido] *museu archeológico das Carvalheiras*, saído do risco do *Condutor de Obras Públicas*,

António Martins Ferreira (Bandeira 2001), que, todavia, não teve consequência.

Esta iniciativa torna-se, porém, mais compreensível se a relacionarmos com o movimento intelectual erudito que atravessou o século XIX português, e que, sob este capítulo, para o caso de Braga, convoca nomes como Pereira Caldas (1818-1903) e Albano Bellino (1863-1906), respectivamente, os exemplos do *académico* e do *amador*. Os mesmos que, sendo correspondentes de figuras como J. Leite de Vasconcelos e Martins Sarmento, cada um a seu modo, contribuíram para lançar as sementes do futuro museu de arqueologia em Braga.

Pereira Caldas promoveria a criação do *Atheneu Arqueológico* (15-06-1876), que também não teve continuidade; no ano seguinte, juntamente com Martins Sarmento, organizaria a *Conferência Citanense* (9 e 10 de Junho), na qual foi proposta a criação do *Centro Arqueológico Português*; e, finalmente, o célebre *IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica* visitaria Braga, em 30-09-1880, sendo ele o anfitrião da visita à cidade. Por seu turno, Albano Bellino, o autodidacta, foi um grande coleccionador de peças arqueológicas. De igual modo, no mesmo plano de convergência de ideias, também se pode afirmar que a vinda do Rei D. Pedro V à cidade, a propósito da visita que fez à *Fonte do Ídolo*, teria sido, com objectivo da sua salvaguarda, pretexto para sugerir a transferência desta para o *Colégio de S. Caetano*, com o intuito de aí organizar um *museu lapidar* (Bandeira 2001: 321).

No entanto, seria necessário esperar pela República e, particularmente, pela presidência de Sidónio Pais, em 1918, para se instituir o almejado museu regional de arqueologia. Uma vez mais a vontade andou à frente da realidade, já que, embora se promovesse a salvaguarda e a concentração de materiais e acervos arqueológicos no antigo paço dos arcebispos, este só efectivamente se tornou uma realidade na década de 1980 (fig. 6).

A partir dos anos de 1960, em particular desde 1974 com o poder local democrático, acentuou-se o processo de urbanização que

caracterizou a ocupação do território nas últimas décadas em Portugal. No exemplo de Braga, a *peculiaridade estrutural do desenho urbano,* que resultou do facto dos *perímetros amuralhados de expansão máxima da cidade romana e medieval, não* [serem] *concêntricos entre si,* [deixando livres de construções] *cerca de dois terços de espaço urbano que ficaram à margem da História da cidade pós-clássica* (*id ibidem*), motivou que a expansão da cidade nesse período se desenvolvesse sobre terrenos cujo subsolo continha vestígios de *Bracara Augusta*. Passados mais de mil e quinhentos anos, à medida que se iam abrindo os caboucos e os alicerces para se erguerem os novos edifícios, voltavam à luz do dia os traços da *Roma de Portugal*. Esta realidade iria relançar o debate sobre a

importância do património arqueológico romano e as políticas urbanas de Braga nos anos que se seguiram. Face a face opuseram-se os interesses imobiliários da construção aos eruditos e estudiosos que se organizaram para defender, estudar e divulgar a memória da cidade romana de *Bracara Augusta*. No plano cívico, foi fundada a 3 de Fevereiro de 1976 a Comissão de Defesa e Estudo do Património (CODEP), (Nunes 1993b), que deu origem, mais tarde, à ASPA – Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural (30-01-1977); foi criado em 12 de Maio do mesmo ano o Campo Arqueológico de Braga visando conduzir o *Projecto de Salvamento de Bracara Augusta* (que mais tarde – em 1977 – iria dar origem à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho).

1º ITINERÁRIO – A CONCEPÇÃO GEOMÉTRICA DE *BRACARA AUGUSTA*

O local onde terá ocorrido a fundação de Braga sofreu séculos de transformações urbanísticas. Apesar dessas transformações, a análise atenta das fontes literárias romanas sobre a fundação de cidades e os dados da cultura material até à data recolhidos em Braga, permitem ter uma imagem sobre as origens desta *urbe*.

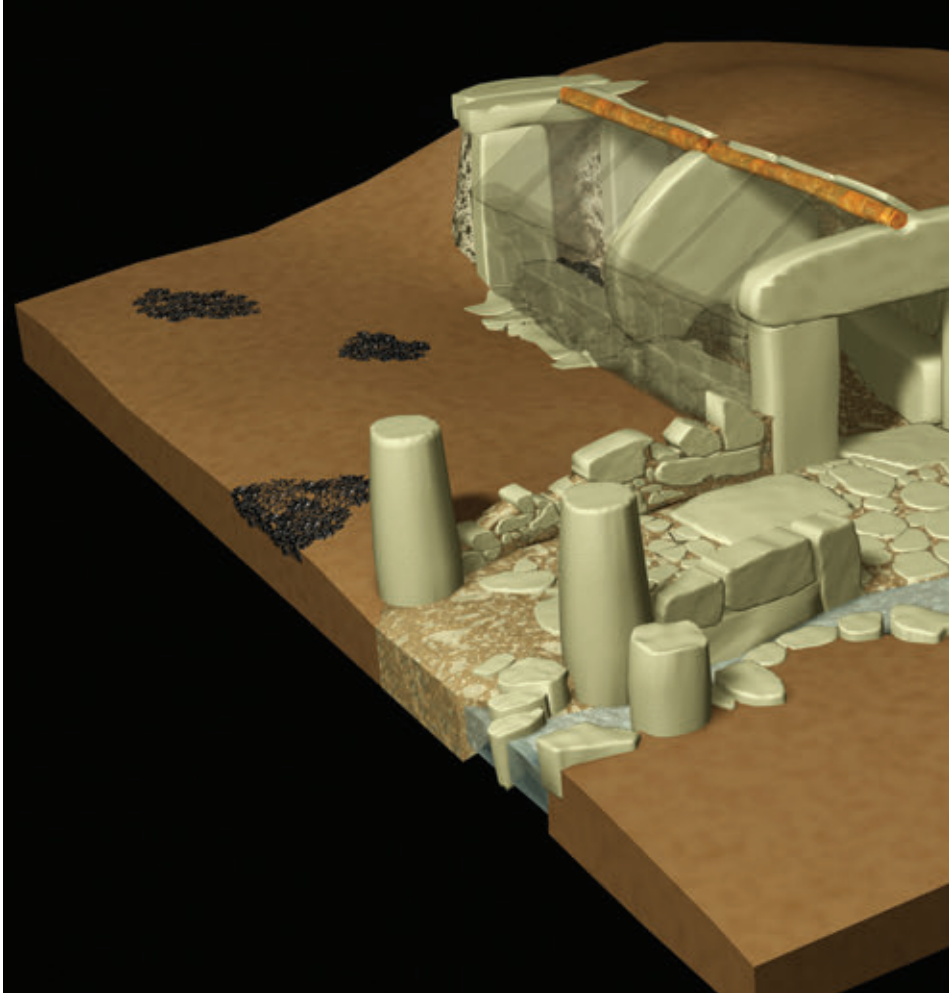
À semelhança de *Lucus* e *Asturica*, é possível que a cidade tenha sido fundada entre os anos 15 e 13 a. C., data coincidente com a presença do Imperador na Hispânia. Se aceitarmos que a cidade possa ter sido fundada por alturas da Primavera, seria legítimo pensar-se numa data fundacional centrada nos anos 14 ou 13 a. C. (Morais, no prelo).

Sabemos, pela arqueologia, que o local onde mais tarde se fundaria a cidade foi frequentado esporadicamente durante a Idade do Bronze Final, mais precisamente no 1º quartel do I milénio a.C., por

grupos, provavelmente núcleos familiares, que tinham os seus habitats em modestas cabanas. Destes vestígios refira-se um conjunto de fossas abertas no saibro, buracos de poste e cerâmicas, sugerindo um povoado de limitadas dimensões (1 a 1,5 hectares de extensão) situado no Alto da Colina da Cividade e presumíveis áreas de necrópole identificadas na zona dos Granjinhos (Bettencourt 2000), (fig. 7).

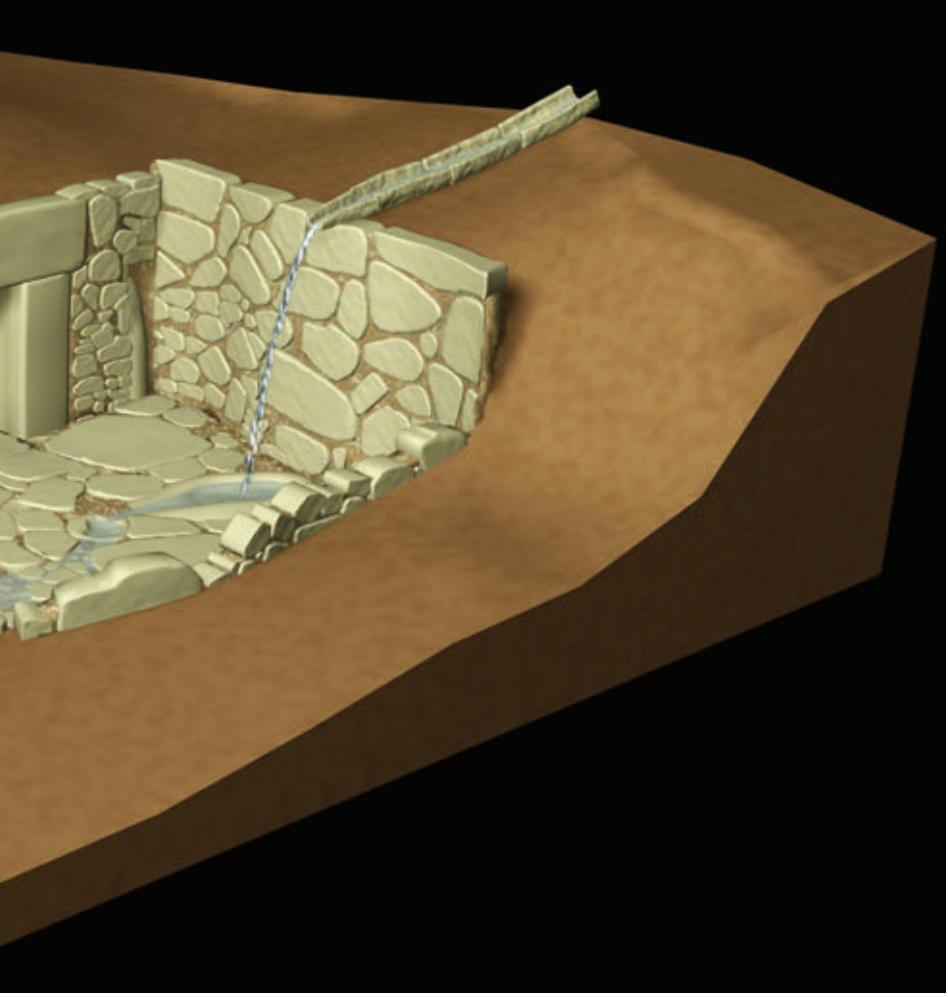
As evidências de ocupação do Bronze são limitadas e não sabemos se se trata de ocupações estáveis bem definidas ou de meras ocupações de carácter temporal. Mas estes vestígios não fazem parte da cidade histórica que, partindo da colina, se foi estendendo por mais de 48 hectares.

Apesar do local não oferecer condições topográficas adequadas para a fixação de povoados da Idade do Ferro (Martins 2000: 3), é



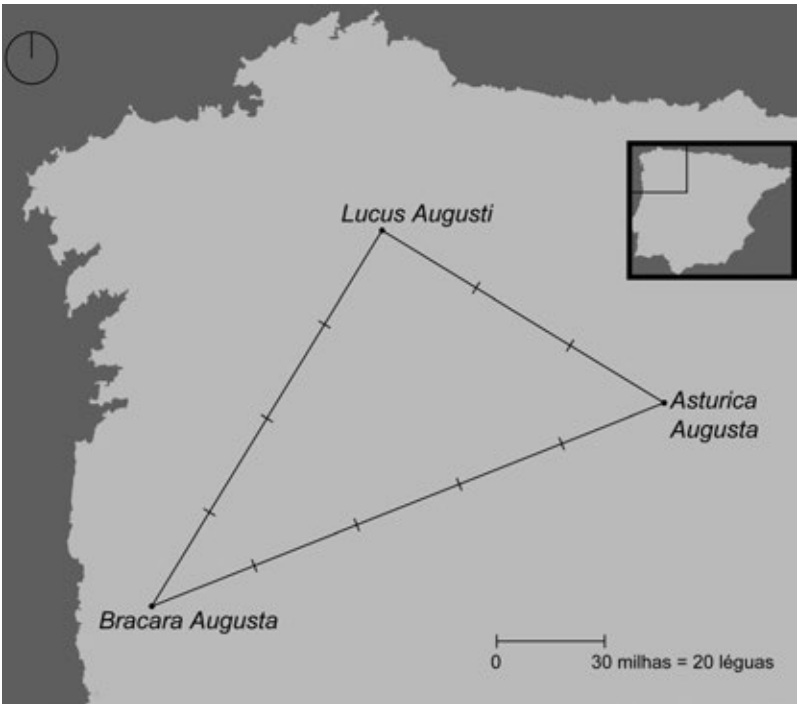
possível que o lugar tivesse funcionado como sítio de encontro ou de mercado (*synodoi* ou *fora*), à semelhança do que nos é relatado por Díon Cássio para a Germânia, com o objectivo de instalar novas relações sociais e económicas. É talvez neste âmbito que se pode enquadrar a descoberta de um balnerário pré-romano, encontrado durante as últimas obras da estação dos caminhos-de-ferro de Braga e actualmente integrado no novo edifício da estação (fig. 8).

Trata-se, efectivamente, de um dos mais antigos edifícios do género até à data descobertos entre as bacias dos rios Minho e Douro, datável entre os séculos II e I a.C. (Lemos *et al.* 2003). A escavação de outros balneários nesta região demonstrou que a sua edificação e funcionamento terá ocorrido já em período de ocupação romana.



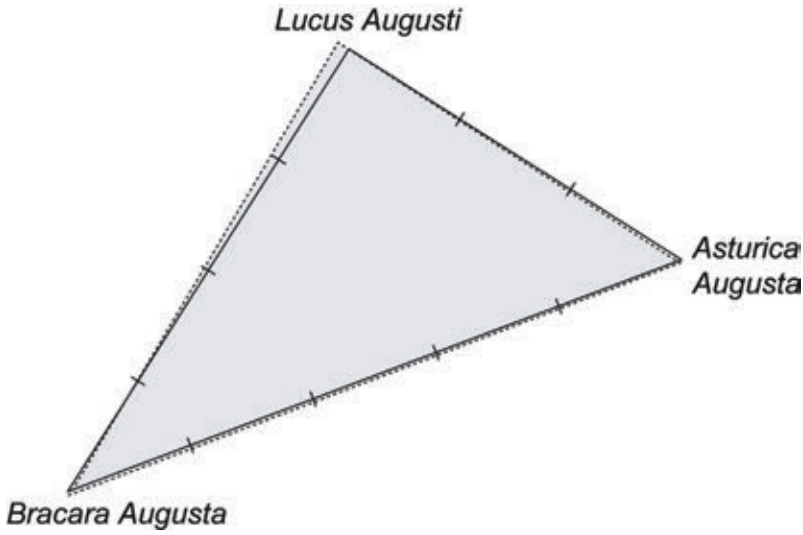
Para os romanos, viver em meio urbano era sinónimo de civilização e a planificação das cidades obedecia a critérios rigorosos.

Os romanos consideravam a arquitectura e a matemática como dois ramos do mesmo saber (Vitrúvio *De architectura* 1.7.1) e usavam cálculos e regras geométricas na organização do espaço. A arquitectura, o urbanismo e a planificação cadastral (centuriação) obedeciam a critérios matemáticos previamente estabelecidos. Estes eram adaptados a particularidades locais e correspondiam a funções simbólicas decorrentes da religiosidade e do calendário romano. Assim, a compreensão do mundo romano é incompleta sem a perspectiva matemática e ritual que presidiu à planificação e construção das cidades (arquitectura e urbanismo) e do seu território envolvente (cadastro/centuriação, vias e necrópoles). A integração da realidade matemática



no corpo de conhecimentos sobre o mundo romano tem sido valorizada nos últimos anos. No caso específico da cidade romana de *Bracara Augusta* (Braga) estão identificados (Martins 2004; Ribeiro 2008; Carvalho 2008) os traçados ortogonais da malha urbana e do parcelamento do seu território imediato. Para além disso, a sua concepção ritual está demonstrada pela epigrafia e por vários outros elementos da cultura material (bronzes, vidros, cerâmicas) (Morais 2005; Morais 2010). Conclui-se, portanto, que a cidade correspondeu, na sua origem e posterior desenvolvimento, a um modelo prévio bem definido.

Augusto fundou três cidades no noroeste peninsular nos finais do século I a.C., as actuais Braga, Lugo e Astorga. As posições destas cidades no território definem os vértices de um triângulo. Numa primeira observação, este é muito próximo de um triângulo pitagórico



cujas medidas relativas dos lados são 3, 4 e 5 (fig. 9). Um cálculo das distâncias entre as cidades confirma a grande proximidade entre as suas posições relativas e os vértices de um tal triângulo (fig. 10). Para além disso, as dimensões dos lados correspondem a múltiplos de um módulo de 20 léguas (ou 30 milhas) romanas sendo, respectivamente, de 60, de 80 e de 100 léguas romanas.

Não encontrámos nas fontes ou na cultura material qualquer referência a esta disposição e a intencionalidade da mesma não está demonstrada. No entanto há uma grande proximidade entre a posição real das três cidades e os vértices do referido triângulo pitagórico, tal como mostramos de seguida. Apresentamos ainda um exemplo com características semelhantes, que poderá ajudar a contextualizar a observação da existência desta disposição geométrica na organiza-

ção territorial romana — a definição, pelas origens de referenciais no cadastro de Orange, de três vértices de um quadrado.

Para o cálculo das distâncias entre as cidades considerámos os locais de existência dos respectivos *fora* romanos. Em Braga o *forum* seria no actual largo Paulo Orósio (Morais, 2010), o de Lugo estaria provavelmente localizado na actual Praza Maior (VV AA 1995) e o *forum* de Astorga englobaria o local onde actualmente se encontra o Museu Romano (Sevillano, 2005).

Assim, tomámos as seguintes coordenadas geográficas

Braga	41º 32' 50" N	8º 25' 40" O
Lugo	43º 0' 40" N	7º 33' 20" O
Astorga	42º 27' 15" N	6º 3' 10" O

e obtivemos as distâncias descritas na tabela seguinte

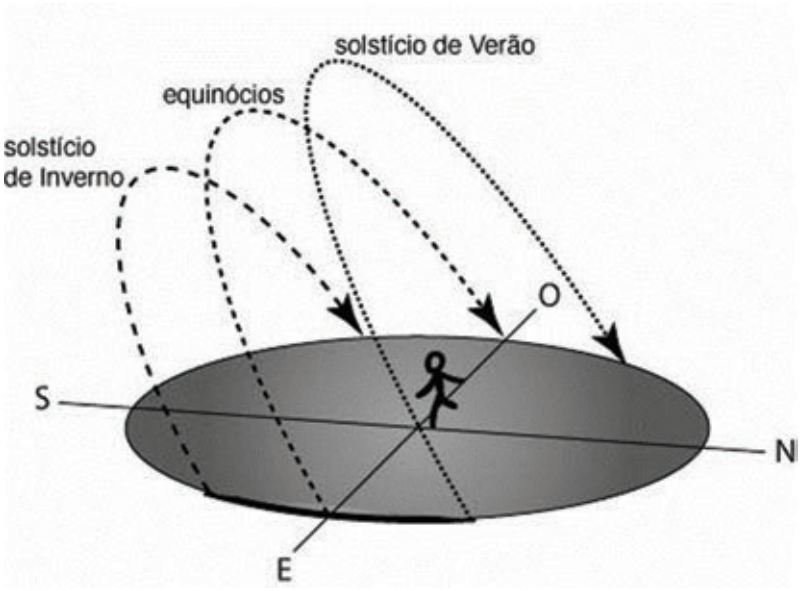
distância	**Braga-Lugo**	**Braga-Astorga**	**Lugo-Astorga**
km	178,1	220,9	137,6
milhares de pés romanos	601,69	746,28	464,86
módulo	distância B-L a dividir por 4	distância B-A a dividir por 5	distância L-A a dividir por 3
milhares de pés romanos	150,42	149,26	154,95
milhas romanas	30,08	29,85	30,99
léguas romanas	20,06	19,90	20,66
percentagem de erro em relação a um módulo de 30 milhas = 20 léguas	0,3%	0,5%	3,3%

A figura 12 dá uma ideia da diferença entre as distâncias reais das cidades e o triângulo ideal, correspondendo as diferenças a 0,3% na distância Braga-Lugo, a 0,5% na distância Braga-Astorga e a 3,3% na distância Lugo-Astorga, tal como descrito na tabela.

As coordenadas consideradas correspondem a pontos centrais das cidades romanas. No entanto, temos de perceber como é que uma variação desses pontos de referência afecta o cálculo das distâncias entre as cidades. Para isso considerámos um intervalo de mais ou menos 10 segundos de arco, quer na latitude quer na longitude das localizações consideradas, o que define uma mancha, em torno dos locais aceites para os *fora*, que abrange as áreas mais elevadas das três cidades. A esta variação na determinação dos pontos de referência corresponde uma diferença de cerca de 0,8 km na medição das distâncias. A variação de 0,8 km (ou 2703 pés romanos) nas distâncias, corresponde, em percentagem, a uma variação que nos casos de Braga-Lugo e Braga-Astorga ultrapassa a diferença existente entre as distâncias reais e as ideais, dados os pontos de referência. De facto, uma diferença de 0,8 km corresponde a 0,5% de erro na determinação da distância entre Braga e Lugo, a 0,4 % de erro no caso Braga-Astorga, e a 0,6% de erro no cálculo da distância entre Lugo e Astorga.

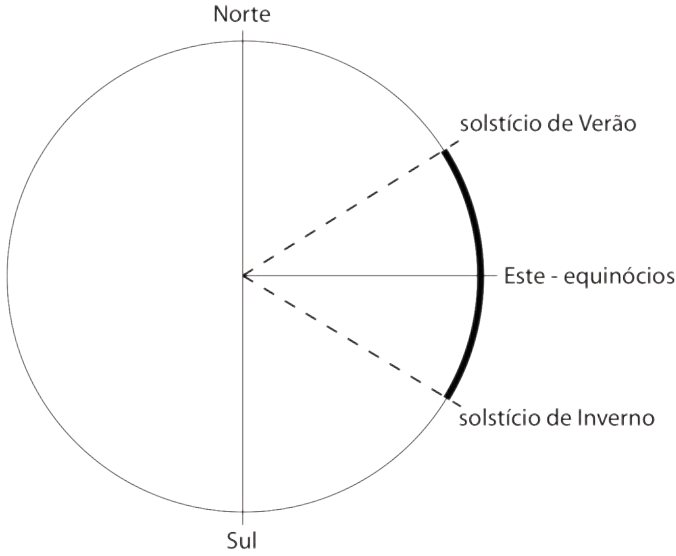
O triângulo pitagórico de lados 3, 4 e 5 é conhecido pelos romanos e descrito por Vitrúvio (Livro IX, Preâmbulo, 6) como ferramenta para a definição de ângulos rectos. Embora no triângulo formado pelas três cidades as medidas dos lados correspondam a números inteiros de um módulo de 30 milhas, ou 20 léguas romanas, a intencionalidade de o desenhar, não está documentada.

Do cadastro de Orange conhece-se três plantas diferentes, cada uma com uma origem e a definição de dois eixos coordenados (os *cardi* e *decumani* máximos). Existem fragmentos de um mapa em mármore, gravados no ano 77 d. C. por ordem do imperador Vespasiano. Segundo Decramer *et al* (2003, 36-46) a sua localização provável, a partir dos dados do terreno, coloca as três origens em localizações próximas de Laplaud, Tarascon e Carpentras. Estes pontos correspondem aproximadamente a três vértices de um quadrado com diagonal de 80 centúrias (uma centúria são 20 actos ou 2400 pés romanos). Feitas as contas e tomando o pé romano como 0,296 m, a diferença entre as distâncias reais e as dimensões de um quadrado ideal no terreno são de 0,1% (diagonal, distância entre Laplaud e



Tarascon, aproximadamente 56,9 km), 1% (um dos lados do quadrado, distância entre Laplaud e Carpentras, aproximadamente 39,8 km) e 4% (outro lado do quadrado, distância entre Tarascon e Carpentras, aproximadamente 41,6 km). Estas variações são semelhantes às encontradas no caso Braga-Lugo-Astorga.

A implementação e o desenho das cidades e do seu território não se baseavam exclusivamente em princípios utilitários e funcionais, mas acima de tudo numa visão cosmológica e numa intenção religiosa. A fundação de uma cidade exigia, de facto, uma operação religiosa preliminar de *prospectum in urbem agrumque capere* (Lívio. I.18) na direcção da cidade e do campo, prevendo uma distinção dos espaços habitados pelos campos, e no interior do *habitat*, sacralizando tais distinções de acordo com o *pomerium*, que assinalava o limite entre a *urbs* e o *ager*. O centro urbano era assim rodeado por um circuito sagrado (*pomerium)* onde a minúcia dos rituais na indicação e na medida dos espaços do céu (*templum*) e as projecções destes espaços no terreno (os *templa inaugurata*) o fariam imaginar como um cerco quadripartido mediante dois eixos, em cujo interior viveriam os deuses (Varrão, *De Lingua Latina,* V. 143). Para contex-

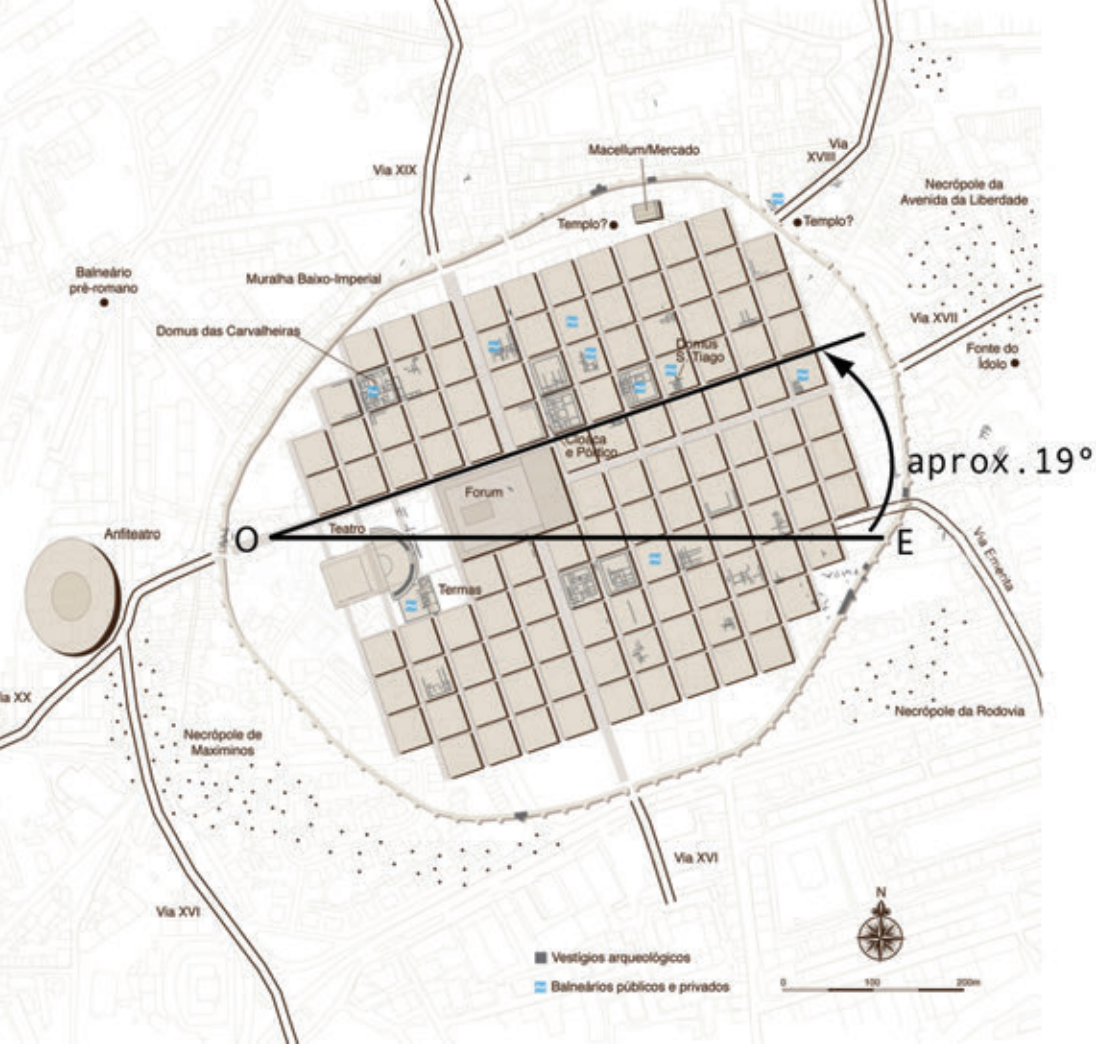


tualizar essa problemática partimos de uma citação de Vitrúvio (*De arquitectura* 1.4.8):

> "Não duvidamos de que convém procurar muito diligentemente o modo como escolher as exposições celestes mais temperadas quando se trata da salubridade na fundação das cidades".

Bracara Augusta possui características que inequivocamente testemunham um plano de fundação bem definido. Assim, em particular, o local de implantação da cidade terá sido alvo de estudos prévios.

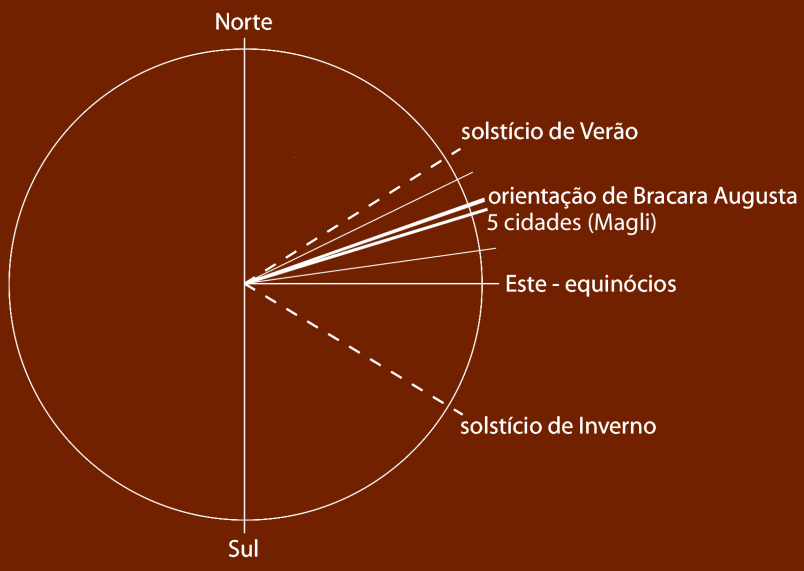
O espaço religioso e augural de uma cidade era organizado segundo marcos temporais definidos pelo movimento aparente do sol. Se seguirmos um estudo de Guilio Magli (2008) sobre a orientação das cidades romanas em Itália, em que o autor refere a possibilidade de algumas orientações corresponderem a observações astronómicas, podemos propor uma data aproximada para a fundação da cidade. Segundo este autor, que estudou a orientação de 38 cidades em Itália, a orientação da malha urbana não é aleatória, pois que em muitos casos essa disposição terá sido baseada em observações astronómicas,



como a direcção do nascer do sol em datas específicas. A direcção do nascer do sol muda ao longo do ano entre um ponto a SE, no solstício do Inverno, e um ponto a NE, no solstício do Verão. Nos equinócios da Primavera e do Outono, o sol nasce a Este (fig. 11).

Estas trajectórias variam com a latitude do local onde são observadas. Se representarmos esquematicamente a variação da direcção do nascer do sol para a latitude de *Bracara Augusta* **(41° 32› N),** obtemos a imagem **na figura.** (fig. 12):

Se quisermos perceber qual o significado da orientação da malha urbana de *Bracara Augusta*, no âmbito do estudo realizado por Magli, temos de saber qual a orientação do *decumanus maximus*. De acordo com os dados da topografia urbana e dos dados da arqueo-



logia, sabemos que este tinha a direcção Este-Oeste, fazendo um ângulo aproximado de 19° (Ribeiro 2008) (fig. 13).

De acordo com o estudo de Magli, esta direcção encontra-se num sector que o autor considera intrigante pois não existem cidades com orientações entre os 9° e os 25° NE, excepto no intervalo entre os 17° e os 19° NE, em que se encontram 5 cidades (fig. 14).

O sector em que se encontra a orientação de *Bracara Augusta*, delimitado por dois segmentos a cinzento, correspondente às orientações de 9° e 25° NE. No estudo daquele autor há 5 cidades em Itália cujas orientações se encontram neste sector, mas todas concentradas no intervalo entre os 17° e os 19° NE, em que também se encontra *Bracara Augusta*.

Magli observa que ao intervalo de orientações [17° NE – 19° NE], e tendo em conta as diferentes latitudes das cidades envolvidas, corresponderiam direcções do nascer do sol, na Primavera, entre os dias 10 e 30 de Abril. Este intervalo de tempo inclui 21 de Abril, a data lendária de fundação de Roma. Note-se que, embora Giulio Magli destaque as datas correspondentes à Primavera, nestas direcções também acontece o nascer do sol durante um período do Verão. No caso de *Bracara Augusta*, à sua orientação corresponde a direcção do nascer do sol, na Primavera, aproximadamente entre 27 e 29 de Abril, e ainda no Verão, entre 13 e 15 de Agosto.

2º ITINERÁRIO – *AUSPICIA URBANA*

(Página deixada propositadamente em branco)

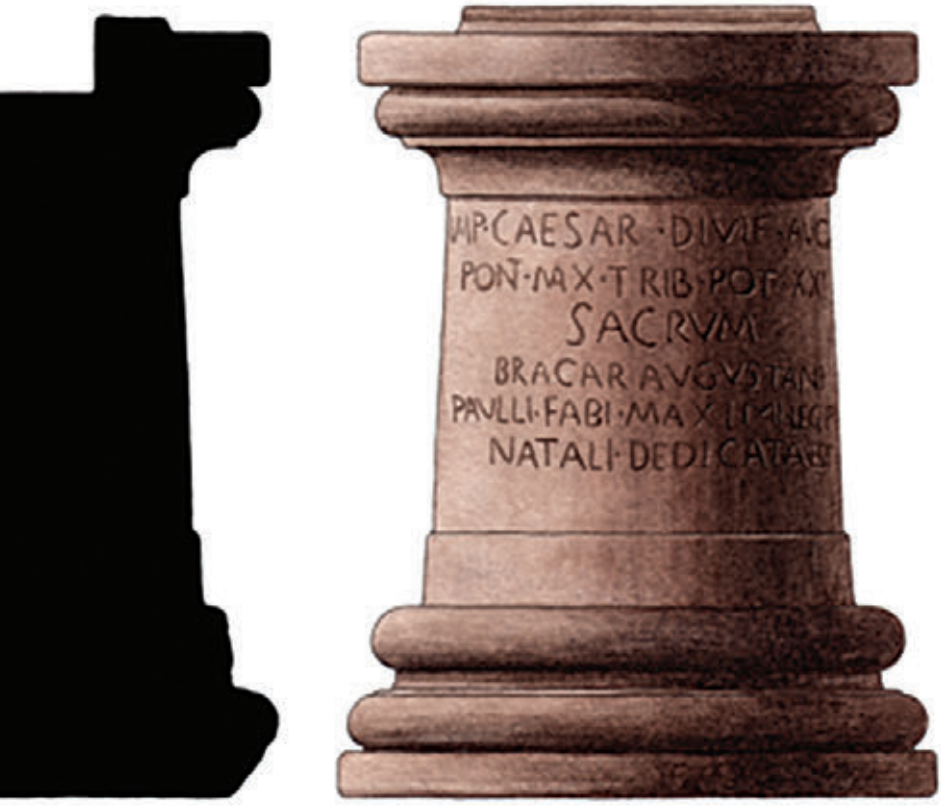
A fundação de *Bracara Augusta*, à semelhança de outras cidades romanas, obedeceu a rituais sagrados e propiciatórios, de *exauguratio* e de purificação, que definiram ritualmente os seus limites. Para libertar o espaço da futura cidade foi necessário uma acção litúrgica preliminar que consistiu na divisão quadripartida do espaço aéreo que foi sucessivamente ocupado pelo volume das estruturas públicas e privadas. As fontes antigas (De Magistris 2007: 141) referem que a delimitação dos espaços aéreos observados pelos áugures dependia de marcos territoriais, que poderiam ser árvores ou elementos pétreos como cipos, lápides ou *termini*. Os auspícios da fundação teriam implicado a repartição do espaço com um objecto sagrado, o *lituus*, uma espécie de cajado de ponta recurva usado pelos áugures, motivo já identificado num pequeno bronze que iremos apresentar mais adiante neste estudo e que representa a figura tutelar da cidade (ver fig. 20).

Depois da aprovação divina expressa pelas *aves*, a cidade adquiriu uma orientação hierarquizada que moldou o seu urbanismo ao longo de séculos. Como referimos, a divisão do espaço augural, vivido quotidianamente por um romano, era o primeiro acto necessário para a fundação de uma cidade e servia, exactamente, para expulsar o caos inquietante de um espaço indiviso e desconhecido e libertá-lo da presença de divindades obscuras. O primeiro passo na cerimónia de *expiatio* era ultimado pela expulsão de tudo quanto poderia ter inquietado ou profanado o lugar sagrado. O lugar do auspício e de fundação terá coincidido, depois da aprovação divina e da definição dos limites dos auspícios urbanos.

Depois de quadripartido o espaço urbano, astronomicamente orientado, um dos rituais mais significativos da fundação do *oppidum* correspondeu ao traçado dos seus limites, através de um sulco delimitador da área urbana, a que os romanos chamavam *pomerium*. Para além do simbolismo sagrado, existia uma série de procedimentos materiais indispensáveis para vida diária do estado romano, técnico-sacerdotais, por assim dizer, que necessitavam de uma definição de delimitação dos espaços urbanos por meio de confins seguros, ainda

IMP·CAESAR
PONT·MAX·TRIB
BRACAR
PAVLI·FABI·MA
NATALI·CE

IMP·CAESAR·DIVI F·AVG
PON·MAX·TRIB·POT·XXI
SACRVM
BRACARAVGVSTANI
PAVLLI·FABI·MAXIMI·LEG·PRO·PR
NATALI·DEDICATA·EST



50 cm Esc: 1/15

que parcialmente invisíveis. É assim possível pensar-se que a malha urbana de *Bracara Augusta* nos seus inícios tenha tido origens sacerdotais e que a *Forma Urbis* do futuro espaço urbano tenha definido os locais das estruturas públicas e os limites da *finis urbis*, ou seja o *pomerium* e as áreas de necrópole. Estes rituais de fundação não significavam apenas a autorização de fundação por parte dos deuses, mas um garante da sua futura grandeza.

A criação mágico-religiosa da cidade incluiu, como era habitual, a prenunciação do seu nome: *BRACARA AUGUSTA*. O ritual terá sido recitado de uma forma absolutamente perfeita e a santidade das palavras proferidas em voz alta ou de forma inaudível não poderia supor a intromissão de qualquer outro som, ou de palavras de mau augúrio. O espaço foi libertado das presenças sobrenaturais, de possíveis "seres" do outro mundo que passariam a interceder para o bom funcionamento das leis e da ordem social - *Bracara Augusta* ficou definitivamente registada nos anais da história.

Mas, para além do significado religioso, a fundação da cidade foi também um acto político no processo de romanização do território – a passagem da mera ocupação militar para uma nova organização administrativa, de acordo com a vontade de Augusto. Mais do que um núcleo populacional novo, *Bracara Augusta* representa a criação de uma consciência cívica colectiva dos *Bracaraugustani*.

Disso mesmo é testemunho uma ara encontrada em Semelhe, nas proximidades de Braga, com uma inscrição dedicada a Augusto, comemorando o dia do aniversário do nascimento do já referido legado *Paullus Fabius Maximus* (fig. 15).

Esta ara, juntamente com outras três inscrições encontradas em *Lucus Augusti* (Lugo), que o referem como V(*urbis*) C(*onditori*) A(*ugusto*) M(*onumentum*) Caesari Paullus Fabius Maxumus Legat(*us*) Caesaris (Monumento a Augusto, fundador da cidade, Paulo Fábio Máximo, legado de César, faz esta dedicatória a César), fazem deste personagem o fundador oficial de *Lucus* e *Bracara*. A presença desta ara vem demonstrar que também *Bracara Augusta* participou no culto ao imperador, à semelhança de outras cidades na Hispânia, onde

se documentaram altares, seguindo o exemplo de Tarraco. O culto imperial estava também presente noutras inscrições, infelizmente desaparecidas, uma encontrada em Dume, dedicada ao *Genius Caesaris* e outra procedente de *Bracara* Augusta, a cidade que homenageava o *Genius Augusti*.

Por vezes os testemunhos arqueológicos documentados nas cidades ilustram o passado mítico e religioso criado pelas próprias cidades para explicar e justificar o seu nascimento como comunidades de cidadãos. *Bracara Augusta* é um dos casos raros no mundo romano em que se sabe ter existido um ritual de refundação. O conhecimento deste acto tão solene deve-se à existência de uma inscrição datada do ano 5 a 2 a.C., designada pelos epigrafistas como bidental, hoje integrada na fachada da Sé voltada ao Largo D. João Peculiar (fig. 16).

Aí pode ainda ler-se :

[...] CONDITVM•SVB•/IMP(eratoris)•CAESARIS•/ PATRIS•PATRIAE (ad. CIL II 2421)

Na obra de Leite de Vasconcelos, As Religiões da Lusitania (1913), transcreve-se a leitura de Hübner (CIL II 2421):

> "CONDITVM • SVB • (divo ex iussu) IMP • CAESARIS (Augusti divi f.) PATRIS • PATRI (ae pontif. max).
>
> Quer dizer em português: «Por ordem do imperador» Cesar Augusto, filho de um deus (i. é, do divino Cesar), «pae da pátria, pontífice máximo, foi aqui enterrado um "raio em campo descoberto». A pedra deve pois ter pertencido a um púteal...; a sepultura do raio consistia em um púteal, monumento análogo a um poço com o seu bocal, - mas tambem denonimado bidéntal, por causa do sacrificio, que então se fazia, de uma bidens (victima que tinha já completas as duas ordens dos dentes, i. é, adulta); no púteal gravava-se uma inscrição attinente á cerimonia".

Leite de Vasconcelos, antecede este texto com o seguinte comentário:

> "quando o raio caía em um sítio, era necessário enterrar, ao som de rezas mysteriosas, todos os sinaes de lume por elle deixados, - ao que os Romanos chamavam fulgur condere «enterrar o raio». Isto nos primeiros tempos estava a cargo dos pontífices; depois ficou a cargo dos haruspices".

Na nota quatro, Leite de Vasconcelos diz ainda o seguinte:

> "Suppunha-se que nunca se afundava [o raio] mais de cinco pés: nec umquam quinque altius pedibus descendit in terram, - Plinio, Nat. Hist., II §146."

A ideia de que esta inscrição assinala a consagração, por ordem do próprio imperador, de um lugar atingido por um raio e, como tal, directamente relacionada com o culto a Júpiter foi também adoptada por Alain Tranoy (1981: 318-319; 328).

Um estudo mais recente exclusivamente dedicado a esta inscrição, da autoria de Santiago Montero e Sabino Perea (1996: 229-319), retoma a interpretação como um bidental, ou seja, um testemunho da refundação da cidade devido à queda de um raio que provavelmente teria atingido um lugar emblemático. A leitura proposta por estes autores é a seguinte (fig. 17):

> "[Fulgur dium (?)] / CONDITIVM SVB [divo ex iussu] / IMP(eratoris) CAESARIS [Augusti divi f(ilii)] / PATRIS PATRI[ae pontif(icis) max(imi)] / [--- (HEp. – 07, 01162)".

A queda de um raio era um fenómeno que os romanos incluíam na categoria dos prodígios. Um sinal que causaria a desestabilização em Roma e nos seus deuses. As autoridades estatais deviam, por isso, celebrar os rituais expiatórios adequados, que incluíam o sacrifício de uma vítima, normalmente uma ovelha de dois anos. Esta cerimónia era realizada pela *decuria sacerdotum bidentalium*, um sacerdócio público e oficial de Roma, muito provavelmente da ordem equestre. A expiação de um raio era uma cerimónia comple-

xa e implicava uma série de operações rituais que são parcialmente conhecidas:

a) *exploratio* (ou *consultatio*), para revelar a natureza do prodígio e a categoria do local fulminado (público/privado; religioso/civil), o momento do dia em que caiu o raio e o deus que o devia expiar;
b) *interpretatio*, ou avaliação do carácter do prodígio (favorável ou não, e o seu sentido fatídico);
c) *procuratio* (ou *exoratio*), onde se procedia à expiação propriamente dita, cujo momento central era denominado "enterrar o raio" (*fulmen fulgur condere conditum*).

Estamos perante uma das primeiras inscrições oficiais de *Bracara Augusta*, inequivocamente relacionada com o primeiro desenvolvimento urbano da cidade. Mas de que edifício se tratava? Por que motivo seria digno de registo esta inscrição pensada na primeira pessoa do imperador? Ainda que estas questões sejam difíceis de responder, o que podemos certamente aceitar é que esta cerimónia teria sido celebrada num *locus religiosus*. Podemos ainda admitir, como sugeriu Leite de Vasconcelos, que este monumento correspondeu a um "púteal, monumento analogo a um poço". De facto, com frequência, este tipo de inscrições está associado a actos de fundação ou re-fundação de cidades, e encontra-se junto a fossas votivas de fundação.

Como sugeriu um dos autores noutro lugar (Morais 2010: 13), esta inscrição reforça a ideia de que a fundação da cidade teria sido um acontecimento importante, semelhante à da "Roma Quadrada" augustana, directamente inspirada na inauguração da cidade por Rómulo no topo do Palatino. Dionísio de Halicarnasso refere que o local escolhido por Rómulo para acolher um templo consagrado ao deus Apolo, teria sido atingido por um raio, facto que obrigou à celebração do ritual de enterrar o raio. Este ritual não é, todavia, exclusivo da Roma de Rómulo ou de Augusto.

Se, como referimos, a área do *forum*, depois de devidamente expiada e liberta de maus espíritos, assumia a condição de *locus inauguratus* e de *templum augurale* (Gros 1996, 208), é possível pensar que a inscrição possa provir da área do *forum*. A favor desta hipótese damos como paralelo o caso documentado na colónia centro-meridional tirrénica de *Minturnae*. Nesta cidade foi encontrado um bidental na área do *forum* situado na área oriental do templo do Júpiter. Este corresponde a um poço sagrado onde se depositaram objectos alcançados por um raio (Coarelli 1989: 52). Trata-se de um elemento escavado no solo da praça, realizado em *opus caementicium* no qual se depositaram, entre outros materiais, alguns elementos arquitectónicos de um templo (fustes e capiteis) e de um pórtico (terracotas arquitectónicas), bem como uma inscrição que fazia referência a um raio (Etxebarria Akaiturri 2008: 359). Tratou-se, tal como em *Bracara*, de uma expiação que foi realizada após o incêndio que teria afectado a área pública, acontecimento esse curiosamente narrado por Tito Lívio quando refere que nesta cidade um Templo dedicado a Júpiter teria sido por duas vezes afectado por um raio (43.13.3).

A sacralidade da cidade está ainda testemunhada por outros vestígios. Damos, como exemplo, um altar datado de um momento próximo da fundação da cidade. Este altar é muito interessante dado aí se assinalar em caracteres bem gravados (alguns de tipo monumental) e incluídos em *tabula ansata*, a inscrição *SACRUM* (consagrado), (Fig. 18). As condições do achado e as características tipológicas deste altar, muito semelhantes àquele dedicado a Augusto no dia natalício de *Paullus Fabius Maximus*, levam Armando Redentor a propor a sua inclusão original na cidade romana, não sendo despiciendo supor que estivesse a assinalar, a cota positiva, o local onde teria sido aberta a fossa fundacional da urbe (Redentor 2011: 403-404).

Mas também no âmbito do mundo funerário se pode encontrar rituais e tipos de enterramento relacionados com a sacralidade da cidade. É o caso de uma rara urna funerária em granito em forma de ovo, com 0,64m de altura e selada por quatro grampos de ferro, recoberta por um enchimento arenoso, sem carvões ou cinzas inclu-

sos (Braga 2010: 56). Esta foi encontrada nas recentes escavações do novo núcleo de necrópole da Via XVII, proveniente de uma sepultura em cova profunda (1,06m) de fundo côncavo (fig. 19). Depois de aberta, esta urna revelou conter material osteológico, associado a um unguentário em vidro em forma de gota e uma moeda datada do período de transição da Era (*id. ibidem*). Estes tipos de urnas, como referimos, extremamente raras, encontram paralelo em urnas encontradas nas necrópoles de Uxama (Abásolo 2002: 152) e Poitiers (Simon-Hiernard 1990).

Nas culturas ancestrais a figuração do ovo remte-nos na maior parte dos casos para uma ideia de "nascimento do mundo" (Chevalier e Gheerbrant 1994: 497). Nas tradições orientais, por exemplo, a *brahmanda* ou *xintoísmo* a natureza do ovo resulta da junção das duas metades mais elementares, que simbolizam a união do céu e a terra, o ouro e a prata, o yin-yang. O ovo é, pois, uma imagem do mundo e do seu equilíbrio perfeito, como acrescentam os autores, citando Mircea Eliade, uma" imagem padrão de totalidade". Todavia, perante a perspectiva de o associar a uma forma tumular, diríamos, *do antes e do depois*, a representação do ovo, de acordo com diversas asserções místico-rituais religiosas, deverá associar-se mais a um conceito de *renascimento* do que *germinação*. Isto é, o

ovo pode simbolizar um *modelo cosmogónico* que, aplicado a rituais funerários ou estruturas tumulares, induz um espírito de *ressurreição*. Nas palavras de Eliade, "não é um nascimento, mas sim um retorno, uma repetição" (Elit 347-348, *apud* Chevalier e Gheerbrant 1994: 498). A propósito, e segundo estes autores, os ovos de argila descobertos em sepulturas na Rússia e Suécia, foram interpretados como "emblemas de imortalidade e símbolos da ressurreição" humana. Em túmulos existentes na Beócia, descobriram-se igualmente estátuas de Dionísio com um ovo na mão que, de acordo com o mesmo testemunho interpretativo, constituirão uma "promessa e um sinal de regresso à vida". No nosso caso, o ovo sepulcral da via XVII, afirma-se como uma espécie de cápsula involucrada, que preenche igualmente as simbologias órficas, de querer "libertar a alma de tudo o que a prende à terra (...) intensificar o desejo para uma transfiguração espiritual (...) evitar qualquer relação com o mundo da caducidade e da morte" (*id. ibidem* 1994: 498). O túmulo ovimórfico pode ser apreciado à luz de um explicação complementar, como seja pela expressão do valor do "repouso, como a casa, o ninho, a concha, o seio da mãe" (Bace 51-130, *apud* Chevalier e Gheerbrant 1994: 498), ou ainda o significado da "sede, o lugar e o sujeito de todas as transformações" (*id* 499).

3º ITINERÁRIO – A EVOCAÇÃO FEMININA

0
1
2
3cm

Ao evocar o imaginário ligado às imagens femininas que tutelam a cidade, de acordo com constantes narrativo-figurativas que se impõe no tempo e no espaço desta cidade bimilenar, deparámos com um universo que tendo à vez traços diversos e comuns, parece atravessar a história da urbe, que ora opõe, ora confunde, ora se tem fixado na dualidade do cristão e do pagão.

Uma das imagens, representada por uma pequena estatueta em bronze encontrada na Colina do Alto da Cividade, datada do século II, representa uma figura feminina coroada por um diadema com sete torres estilizadas delimitadas por um sulco em ziguezague (fig. 20). Este atributo levou um dos autores (Morais 2010) a identificá-la como a personificação de uma Tyche, deusa que tutelava a cidade.

O atributo representado no lado esquerdo da figura, interpretado como um littus, uma espécie de cajado recurvo utilizado pelos áugures (id, ibidem), poderá, no entanto representar uma serpente. Esta identificação realizada por Armando Redentor (2011: 363-364), leva o autor a considerar esta figura a personificação da deusa romana Salus.

Na religião romana esta deusa, equiparável à divindade grega Hygia (ainda com funções diferentes), era a personificação do bem-estar, que passa pela saúde física, pelo bem-estar no Além, e pela salvaguarda comunitária, de um colectivo (Res publica) ou de um indivíduo (Le Glay 1982: 427-428). O culto a esta divindade era normalmente realizado em altares situados no topo de colinas. Esta divindade é representada como uma jovem com as pernas cruzadas e com o cotovelo apoiado no braço de um trono. Normalmente a mão direita sustenta uma pátera para alimentar a serpente, que se encontra enrolada à volta de um altar ou enrolada no braço esquerdo do trono. Ocasionalmente a deusa podia possuir um timão, ou seja uma vara na mão esquerda, com uma cobra enrolada em torno dela.

Armando Redentor (2011: 364-365) propõe que uma inscrição dada como proveniente da Colina possa estar relacionada com este culto. Segundo este autor (id. ibidem), a inscrição corresponde a um pedestal oferecido, com estátua, por um notável local, na sequência de um voto. Apesar da abreviatura do teónimo estar reduzida a três

letras e da perda da primeira delas, o autor sugere a seguinte proposta de leitura:

[S]al(uti)·(mu)n(icipii)·s(plendidissimi) / Brac(arae uel –arum) (Au) g(ustae uel –ustanorum) / ex uot(o)·C(aius)· / Camilius / Maximus / Gienus / de suo / posuit / sig(num)·cum / basi.

Apesar de considerarmos pertinente a identificação de um dos atributos da figura como sendo uma serpente[1], não podemos aceitar, sem reservas, que se trate exclusivamente da deusa Salus, pois, no mundo romano, o atributo da serpente não é exclusiva desta divindade. Esta é, aliás, uma das razões para que na entrada dedicada àquela divindade no volume VII (1) do Lexicon Iconographicum Mythologiae (LIMK), se refira que a identificação com esta deusa, baseada no atributo da serpente, apenas se deve fazer quando acompanhada de uma inscrição onde se refira especificamente o nome da deusa (Saladino 1994: 656-661). Segundo este estudo (id. ibidem), na falta de elementos explícitos a Salus (entenda-se uma referência escrita, como aparece por exemplo em moedas), as imagens de deusas com serpentes devem ser preferencialmente atribuídas a outras figuras, como Bona Dea ou Hígia/Salus, e a divindades locais com virtudes curativas, normalmente associadas a Apolo.

Por todas estas razões acreditamos que é preferível aceitar que estamos, muito provavelmente, perante a representação de uma figura feminina híbrida, resultado de um processo de sincretismo bem conhecido na religião romana (Rausa 1997: 125-141). Neste caso a deusa Tyche/Fortuna, poderá estar representada com uma função oracular, ou seja, muito provavelmente personificada na Salus publica do município. A presença, neste pequeno bronze, de atributos igualmente partilhados por outras divindades não nos deve causar surpresa, pois, como se constata nas fontes literárias, a deusa Salus podia apresentar

[1] Ao contrário do que afirma o autor não se consegue percepcionar os olhos e a boca da serpente.

fortes afinidades com outras entidades, como a Concordia, a Pax, a Felicitas, a Spes ou com a própria Tyche/Fortuna (Saladino 1994: 661).

A representação híbrida das duas divindades deve ter sido frequente na cidade, como parece comprovar um outro pequeno bronze, igualmente proveniente da Colina da Cividade, apenas reduzido à parte da coroa raiada (Fig. 21).

A representação de figuras coroadas pode também ser encontrada em imagens medievais, como é o caso de um antigo mapa romano, que recolhe a rede pública (cursos publicus) das estradas do Império, conhecido por Tabula Peutingeriana, onde se aprecia, a par de alguns elementos geográficos (mares, rios, florestas…), acampamentos e distâncias entre povoações, a representação das três cidades mais importantes, Roma, Constantinopla e Antioquia. Estas cidades estão representadas com um desenho especial, com figuras femininas sentadas no seu trono e com a cabeça encimada pelas respectivas muralhas.

Encontramos o mesmo tipo de representação para *Galaecia* numa obra intitulada *Notitia Dignitatum*, ou "Registo dos Dignitários Civis e Militares", uma obra compilada em meados da década de 390 e que chegou até nós através de três manuscritos datados do século XV que se encontram em Oxford, Paris e Viena e ainda um outro do século XVI conservado em Munique. Todos eles se baseiam, entretanto, num original carolíngio do século IX entretanto desaparecido. Aqui se menciona a ordem hierárquica da divisão das prefeituras, das dioceses e das províncias, assim como a categoria dos seus respectivos governantes. Nestes manuscritos a "CALLECIA", bem como as outras províncias da diocese, a "BETICA" e a "LUSITANIA", estão representadas sob a forma de damas portadoras de coroas murais e com cestos de frutos ou moedas, aludindo aos impostos ou tributos que estas pagavam. Damos como exemplo as ilustrações do exemplar conservado na Biblioteca de Munique (Bayerischen Staatsbibliothek), em que a Galécia é representada duas vezes. Saliente-se que *Bracara Augusta* e a sua província possuíam categoria consular, estatuto superior à própria *Tarraco*. Assim se compreende que Ausónio, na Ordenação das Cidades Famosas, se refira a *Bracara Augusta* da seguinte forma:

"Serás lembrada após estas, ó cara Sevilha [Hispalis],
de ibérico nome, tu, por um rio banhada que parece o mar,
perante quem toda a Hispânia verga as suas insígnias.
Nem Córdova [Corduba], nem Tarragona [Tarraco] em sua potente cidadela, contigo contendem,
nem aquela que se enaltesse com um golfo marinho, Braga [Bracara Augusta] opulenta."

(Ausónio, Ordenação das Cidades Famosas, XI-XIV;
trad. Maria Helena da Rocha Pereira, in Morais 2010: 18)

No âmbito das representações femininas de época romana é de especial realce uma inscrição romana datada do século II embutida na parede exterior da Sé Catedral, na Rua Nossa Senhora do Leite, já anteriormente referida. Eis a sua leitura (fig. 22):

"Consagrado a Ísis Augusta. *Lucretia Fida*, sacerdotisa perpétua de Roma e de Augusto, do *Conventus* Bracaraugustano, dá [este monumento]"[2].

A referência a esta inscrição aparece já em autores eruditos, como no caso de Jerónimo Contador de Argote (1732-34) que, enquadrado

[2] *CIL*, II, 2416.

no espírito iluminista do século XVIII, procedeu à mais ampla tentativa de reconstituição da história da cidade romana, a partir dos testemunhos arqueológicos e do recurso às fontes escritas. Segundo o erudito, "este templo [Ísis] era circular e situado onde hoje é o templo da Sé, sendo a praça fronteira o logar do mercado ou feira publica…". Mais tarde, Bernardino José de Senna Freitas refere no tomo I das suas *Memorias de Braga…* (1890: 18) que "*no tempo do Arcebispo D. Fr. Agostinho de Castro, quando se fazia a galeria do paço archiepiscopal, se encontrou junto da Sé um grande capitel da ordem corinthia, composto de quatro capiteis, que indicavam cobrir egual numero de columnas juntas, e que talvez estivessem na parte central do templo, sustentando quatro arcos diversos…*" A estarem correctas, estas indicações são extremamente curiosas, pois, na verdade, a existência de templos de planta circular está bem documentada no mundo romano (Armstrong 2001: 9-10).

A indicação de Argote é extremamente curiosa. Como sabemos, Ísis, era uma deusa Egípcia, protectora dos mercados e da abundância, pelo que se conclui que o mercado romano se encontraria muito perto deste local. Segundo o erudito, aí também se teria encontrado uma inscrição alusiva ao *genio* do mercado:

> "Da família Flavia Vrbica se acha outra Memoria notavel em Braga, a qual se encontrou ha pouco tempo na parede do Cruzeiro da Sé, da parte do Evangelho, aonde agora está a Capella de Nossa Senhora das Angustias. Manoel Fernando, Mestre Pedreiro da obra, a levou para sua casa, onde a conserva. Do seu feitio se vê foy base de estatua, e diz a Inscrição assim:
>
> GENIO/MACELLI/FLAVIVS/VRBICIO/EX VOTO/POSVIT/SACRVM".

Nesta notícia faz-se referência ao mestre pedreiro Manuel Fernandes da Silva que nos inícios do século XVIII foi responsável pelo desenho e alteração das Capelas do transepto. A inscrição fazia parte de

um pedestal de estátua, possivelmente encimada pela representação de um *genio* na qualidade de espírito protector do edifício. Sabemos ainda quem foi o benemérito responsável, *Flavius Urbicio*, a quem certamente o Senado, consciente do valor desta doação, teria autorizado a sua oferta e colocação em espaço público.

Ainda que os deuses preferidos dos fiéis fossem aqueles provenientes da Grécia (adoptados pelos romanos por processo de sincretismo), a existência desta inscrição revela que na cidade também se professou este culto exótico de origem oriental. O seu aspecto misterioso opunha-se à religião "oficial", bastante menos espiritualizada. Assim se compreende que este culto oriental tenha tido aquele que mais se desenvolveu no Império romano, especialmente graças aos viajantes, em particular os militares, os comerciantes e os marinheiros, que mandavam construir santuários aos seus deuses. Como em *Bracara Augusta*, a maior parte das inscrições dedicadas a Ísis foram feitas por mulheres. Numa pintura mural encontrada em *Herculaneum*, actualmente no Museu Arqueológico Nacional de Nápoles, está representada uma cerimónia em honra da deusa Ísis.

Como no caso desta cidade do Vesúvio, podemos imaginar que em *Bracara Augusta* a presença deste culto teria implicado a ocorrência de várias procissões ao longo do ano, segundo rituais complicados em que os penitentes entoavam hinos nas ruas e realizavam actos de piedade e mortificação despertando o interesse dos seus habitantes. Mas também era uma religião de meditação silenciosa, de adoração contemplativa dos devotos perante o rosto sagrado da deusa, quando a sua imagem era transportada nas procissões. O seu culto devia despertar uma atracção directa e poderosa sobre as mulheres da cidade. Ísis orientava a conduta das mulheres, impunha-lhes penitências e um período de castidade ritual (através de ritos de purificação e rituais de castidade que duravam dez dias), mas também as agraciava revelando-lhes a sua dignidade e poder. Tanto as mulheres respeitáveis como as prostituas se identificavam neste culto, encontrando satisfação social e gratificação sexual. Esta deusa recrutava numerosas devotas entre as

meretrices porque a "Boa Mãe", é misericordiosa para as *infelizes* e *promete-lhes redenção*.

É interessante que na inscrição de Braga, para além da referência à deusa Ísis, se refira, à semelhança de outros casos conhecidos na *Citerior*, o culto ao imperador associado à deusa *Roma*. Desde a República, esta deusa foi convertida numa personificação do Estado, mas será com Augusto que assume maior protagonismo passando a estar associada ao imperador governante e simbolizando uma forma de união entre o Estado e o *Princeps*. Num primeiro momento, esta associação foi fomentada através de altares nas capitais conventuais, como no caso de *Lucus Augusti*, consagrado por um *legatus Caesaris*[3], e de *Bracara Augusta*, dedicado pela *Gallaecia*[4]. Mais tarde, procede-se à designação de sacerdotes *Romae et Augusti*, que passam a ficar responsáveis pelos altares nas capitais conventuais e desempenham um papel idêntico ao dos sacerdotes que serviam a ara do santuário federal das Três Gálias (González Herrero 2009: 444-46).

Mas a evocação feminil presente nesta inscrição não está apenas retratada pela dedicação de um templo à deusa Ísis ou da personificação da deusa Roma no âmbito do culto imperial. Merece especial atenção o facto de esta ter sido dedicada por uma mulher chamada *Lucretia Fida*, única sacerdotisa até à data documentada no Noroeste Peninsular (Étienne 1974: 184, 194).

A eleição de *Lucretia Fida* para o cargo de sacerdotisa teria requerido óptimas relações sociais e suficiente poder económico ou, no limite, ser casada com um *sacerdos* do *conventus Bracaraugustanus*[5]. Como não podia participar na vida política, *Lucretia* financiou a construção de um pequeno templo circular em honra daquela deusa oriental. Com este acto benemérito fez uso de parte do seu património em favor dos interesses da família, actuando como qualquer

---

3 *CIL*, II, 2581.

4 *CIL*, II, 2422.

5 Na Hispania Citerior, nove de doze sacerdotisas conhecidas estavam unidas por matrimónio (*uxor flaminis*) a flâmines provinciais (González Herrero 2009: 442).

membro masculino pertencente às elites municipais[6]. Realce-se aqui que, de entre todos os tipos de obras públicas custeadas por beneméritos hispânicos, foram as construções sagradas as que receberam a maior atenção. Tal preferência pode ser explicada por factores morais e ideológicos. As doações de edifícios ou espaços sagrados destinavam-se a assegurar às cidades a benevolência divina, assim como a paz e prosperidade dos seus habitantes.

A perpetuidade do cargo concedida ao finalizar o exercício anual do sacerdócio implicou a manutenção da dignidade sacerdotal e dos privilégios que proporcionava o seu desempenho. Como noutras cidades, esta honra vitalícia foi decretada pelo *ordo*, talvez como título honorífico, e implicou a manutenção das actividades religiosas. Os cargos sacerdotais não pressupunham nenhuma vocação a quem os ocupasse, simplesmente se exigia serem capazes de repetir rituais e os executar.

O acto benemérito de *Lucretia Fida* destinava-se a perdurar na memória colectiva da comunidade e a legitimar as aspirações dos seus descendentes, pois essa memória cívica seria aproveitada pelos membros das famílias de notáveis para obter apoio popular em comícios eleitorais que anualmente se celebravam na cidade. *Lucretia* é uma prova clara do impacto provocado pelas mulheres na cidade e um exemplo dos diferentes caminhos para a proeminência pública. Como parte integrante das elites da cidade, *Lucrecia* é ainda um bom exemplo da integração conseguida por algumas mulheres hispânicas para controlar a vida pública das comunidades, neste caso pelo desempenho de um sacerdócio, situação pouco frequente na Península e, como referimos, caso único em todo o Noroeste Peninsular.

Como iremos acentuar neste percurso, a evocação feminil da cidade é um tema recorrente ao longo da sua história bimilenar. Segundo J. Marques (2000: 222), citando Ausónio (388), sendo *Bracara* uma das "vinte cidades mais ricas do Império", constituindo já, uma

[6] As mulheres, independentemente do grupo social a que pertenciam, financiaram 21% das doações na Hispânia (Melchor Gil 2009: 405).

centena de anos antes, o centro de um vasto território provincial – *do Douro até ao Cantábrico e do Atlântico até bastante para além de Palência* – sentiu, inevitavelmente, os efeitos expansivos do cristianismo, essa impressionante revolução mental que tomou o pleno do mundo romano peninsular. Tanto pela universalidade dos seus contactos, como pela pujante difusão da Fé, *Bracara* tornou-se num importante centro religioso. Prova disso são os infaustos e numerosos santos de *Bracara*, como: S. Vítor, Santa Susana, S. Cucufate, S. Silvestre e S. Torcato, martirizados ao tempo de Diocleciano (*id. Ibidem*). Ou então, ainda que possa não ser mais do que uma simples coincidência, tanto pelo género como pelo lugar, o surpreendente sortilégio de contarmos com o exemplo da prestigiada Egéria[7]. A peregrina, tida consensualmente como originária destas terras, que viajou entre 381 e 384 à Terra Santa, deixando registado no hoje famoso *Itinerarium Egeriae*, essa viva impressão de uma finisterra peninsular plenamente cristianizada.

O primeiro bispo de Braga, ainda que fosse inicialmente priscilianista, dá notícia da sua presença em 397 no I Concílio de Toledo. Em meados do século III podem-se já admitir com segurança referências relativas à existência de uma diocese, de que se seguiriam numerosos testemunhos prestando conta de uma dignidade metropolitana sedeada na cidade. Braga viria a acolher um primeiro concílio no ano de 561, tendo por referência S. Martinho de Dume, evangelizador dos Suevos, estabelecendo assim o início de um movimento de afirmação mental-religioso, que sobreveio ao fim do império romano e não mais parou de se desenvolver.

Neste quadro, facilmente se torna inteligível admitir que muitos dos referentes religiosos pagãos, bem como de outras divindades, tanto proto-romanas, sobreviventes ou incorporadas, como, em geral, todas as demais que foram importadas no âmbito dos contactos co-

[7] O nome Egéria, admite-se, seria invocativo de uma divindade romana feminina (ninfa dos bosques) relacionada as fontes e os partos.

merciais e cosmopolitas de Braga (Morais 2005), tenham sido reconvertidas segundo o quadro escatológico de uma mundividência cristã.

Mais do que a estreita associação entre difusão da fé, a troca de saberes e o comércio de bens e serviços, plasmam-se os credos e as ideias. Volvendo de novo a Ísis, a divindade originária do Egipto, arrebatadora de crentes desde 2600 a.C., sendo uma das mais difundidas no clássico *orbe* mediterrânico, terá chegado a *Bracara Augusta* igual a si mesma, isto é, pujante da sua natureza feminina enquanto "arquétipo da maternidade" e arauto do esforço civilizacional da Humanidade". Não deixa pois de ser curioso que a ancestralidade de Braga persistentemente personificada por uma invocação feminil, permite associar, tal como sugerem Sales, J. e Sousa, R. (2004), à "iconografia da Senhora do Leite", descende, em linha directa, das representações da Ísis "lactans". É, assim, grande plausibilidade desta se ter preservado ao nível de uma imagem paradigmática, onde a Nossa Senhora do Leite aparece dando o peito ao menino Jesus e Ísis surge representada amamentando o enigmático Hórus (fig. 23). Sendo que nesse mesmo raciocínio se pode apreciar o mesmo traço de género que une a pequena estatueta de bronze da deusa *Salus* com a cabeça coroada com as muralhas da cidade, até às figurações religiosas de *Santa Maria de Braga*, ou mesmo, e porque não, ao exemplo da alegoria urbano-feminil Barroca que pontua o frontão do Arco da Porta Nova (fig. 24).

Esta é a porta de entrada poente da muralha tardo medieval da cidade, rasgada em 1512 sob a égide do Arcebispo D. Diogo de Sousa, para dar serventia à abertura da rua *n*[u]*ova*, que hoje tem o seu nome, e que desde então passou a constituir a entrada de maior carga simbólica de acesso à cidade, sobretudo, nas ligações ao quadrante atlântico e à cidade do Porto. Por aí se processavam as cerimónias de entrada solene e de atribuição das insígnias e das chaves da cidade aos novos arcebispos empossados, bem como a todos os visitantes ilustres que demandavam Braga. Este papel acentuou-se especialmente a partir da década de setenta do século XIX, com a chegada do caminho-de-ferro à cidade e a sua consequente conexão às ligações de longo curso que renovaram as ligações de Braga ao mundo.

A actual construção, classificada como Monumento Nacional em 1910, foi projectada por André Soares e edificada sob os auspícios do arcebispo D. Gaspar de Bragança, em 1772/73.

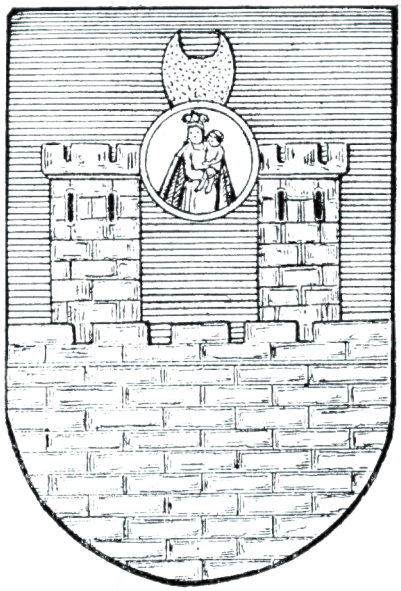
Para além da estrutura artística que o arco desenvolve, *a porta é um ponto de passagem, um espaço simbólico de ruptura. É um limite entre o dentro e o fora, entre o religioso e o profano* (...) *A porta exibe um curioso contraste entre a face interior, dominada pela imagem antecedente da Virgem no nicho Barroco, e o exterior, encimado pela alegoria profana da cidade toda emplumada* (Bandeira 2003: 34) e orgulhosa que se exibe ao viandante. Esta trata-se da figuração *rocaille* de uma *amazona*, indumentada marcialmente de vigoroso panejamento dobrado, segurando numa mão a lança, na mesma atitude com que S. Miguel/S. Jorge domina o diabo/dragão, e na outra segura a uma réplica da Sé-Catedral, símbolo da cidade e da sua Fé. No escudo encartelado descortinam-se as siglas B.A.F.A. certamente, *Bracara Augusta Fidelis et Antica*, como iremos ver, fórmula presente numa "pedra em forma de mesa" dada como proveniente do *forum* romano.

Mas outras versões alegóricas do período barroco são conhecidas, nomeadamente uma bela imagem no Salão Nobre dos Paços do Concelho (fig. 25), ou mesmo a que pontua no púlpito da Capela

das Convertidas da Penha de França (actual Lar D. Pedro V, Avenida Central) (fig. 26). Embora nem todas as representações exibam uma maternidade explicita, de que é exemplo o último tipo de figuração, sendo que a natureza simbólica dos seus contextos são já de si invariavelmente femininos, no seu conjunto todas estas figuras parecem ter mais de comum do que de distinto entre si. Dir-se-ia mesmo, e até neste caso, que o modo como a cidade surge simbolicamente representada – torreões e panos de muralha – no regaço da alegoria da Porta Nova, poderá mesmo, talvez, simbolizar a transferência da maternidade do Deus menino, para a mais abstracta dimensão fecunda e protectora da cidade.

Mas, para melhor compreender o rasto perene da imagem feminina enquanto símbolo da cidade, vale a pena fazermos uma incursão

pelo domínio das próprias insígnias heráldicas de Braga, quer estas estejam ligadas ao uso de selos documentais para validação dos actos, quer às *pedras d'armas* de Braga, particularmente, desde que a cidade adoptou um brasão de identificação heráldica. De acordo com Alberto Feio (1954), o arcebispo D. João Peculiar, em 1165, "autentica, com selo pendente de cera, a importante instituição canónica da sua Sé" (Feio 1954: 7), fixando este motivo como tema central da iconografia urbana. Antes do século XIII nada de preciso se sabe. Desde então, porém, *duas regularidades atravessaram a ilustração das insígnias* (…) *a efígie da padroeira, Santa Maria de Braga com o menino no regaço; e a fachada da Sé metropolitana, cujas torres sineiras, com o tempo, ora alternaram, ora se confundiram ou reconverteram em duas torres* de castelo (Macedo e Bandeira 2004:26).



Antigo Brazão de Braga

Relata-nos o mesmo A. Feio (*id.*: 8), o selo com *a velha catedral metropolitana, sob invocação de 'Santa Maria de Braga'*, por adopção capitular *transfere os mesmos elementos figurativos* para uso municipal (fig. 27). Contudo, proclamada a República (1910) José Machado, inspirado na descrição de 1341, concebeu o novo brasão de Braga, onde particularmente é notável a substituição da coroa real por uma representação da muralha com torreões (fig. 28). E assim vamos encontrar na ordenação heráldica do brasão e bandeira da cidade de Braga, publicada no Diário da República, com a seguinte descrição:

"escudo azul, a imagem de Santa Maria de Braga (Nossa Senhora vestida com uma túnica de púrpura e com um manto azul cerúleo, coroada à antiga de prata, tendo um lírio da mesma cor na mão dextra e sustendo o Menino Jesus no braço sinistro), ladeada de duas torres de prata, lavradas a negro, e acompanhada em chefe de três escudos de Portugal - antigo (de prata, cinco escudetes de azul, posto em cruz, cada escudete carregado de cinco besantes de prata). Coroa mural de prata de cinco torres. Listel branco com a legenda em maiúsculas de negro: BRAGA".

4º ITINERÁRIO – *Bracarae, axis mundi*: do *forum* romano à catedral de Santa Maria

(Página deixada propositadamente em branco)

O quarto itinerário respeita à centralidade de *Bracara*. A simbologia relativa ao centro está directamente relacionada com uma ideia de *princípio*. O início de uma nova cidade. O centro dos centros só pode significar a suprema divindade. *Ele é circunferência e centro, ele que está em todo o lado e em lado nenhum* (Trimegisto, *in* Chevalier e Cheerbrant 1994). Trata-se do ponto de maior intensidade dinâmica, *o lugar da mais concentrada das energias*, que nós compararíamos a uma força gravítica, diríamos, que sendo ainda *mais velh*[a e fecunda] *do que a Sé de Braga* parece querer subordinar tudo a si.

A história urbana de Braga exibe a evidência de ter disposto claramente de dois focos centrais distintos, o *Forum* romano, presumivelmente dominado pelo seu templo principal; e a Sé Catedral, dominando um vasto sector da área central intramuros. *Locus* refundador da nova cidade, no ano de 1089, com a consagração do templo cristão. Ambos se posicionaram como equidistantes do perímetro máximo das respectivas muralhas, a romana e a medieval.

Recorrendo a Mircea Eliade[1], para quem o centro, enquanto símbolo, distingue *três conjuntos solidários e complementares*, a saber: a *montanha sagrada*; o *templo* ou *palácio*, que a ela se assemelham; e o *axis mundi*, o ponto onde os anteriores se situam, lugar de encontro entre *céu, terra e inferno* (*Hades*). Nesta perspectiva, a centralidade do fórum, pela imponência do seu templo principal, e local de impacte do raio fundador (céu/terra) – que se define por si só no plano do desenho urbano – adossa-se, neste caso, à colina da Cividade, a mesma que, neste sentido, pode ser entendida como a *montanha sagrada*. Mais tarde o mesmo se poderá dizer da Sé, qual templo tornado numa elevação (ver fig. 2), pelo modo como a sua morfovolumetria irá sobressair na silhueta urbana medieval, com os seus campanários elevando-se em relação a todo o edificado envolvente, como querendo alcançar o céu.

Montanha ou templo sagrados definem a visão de *axis mundi*, tanto de *Bracara* como de Santa Maria de Braga. Ambos se situam

[1] - H. Trimegisto, in Chevalier e Gheerbrant 1994: 182.

no cruzamento axial das vias urbanas directoras. O mais antigo identificado pelo *cardus/decumanus* e, mais tarde, a visão da *cruz* que, de acordo com G. Portocarrero (2010), terá sido deliberadamente fixada com D. Diogo de Sousa (1505-1532). Isto é, a perpendicular do eixo ruas D. Diogo de Sousa / Souto com as ruas Gonçalo Pereira / Misericórdia, onde a Sé, segundo este autor, virá assumir a representação da *Jerusalém* das *cartografias* sagradas. Trata-se de uma ideia interessante, todavia, em nossa opinião, carente de documentação que a suporte.

Um dos aspectos fundamentais da transição do mundo romano para o medieval foram as transformações topográficas e urbanísticas das cidades, ocasionando a reconversão de templos pagãos e de outro tipo de edifícios públicos romanos em lugares de culto cristão, por vezes construindo-se novos edifícios com recurso aos materiais das antigas construções. Áreas centrais das cidades romanas, como os *fora*, perderam importância em função de novas centralidades, nomeadamente pela introdução de edifícios índole cristã. Estes edifícios, normalmente situados na periferia dos antigos núcleos romanos, passaram a agregar as populações urbanas. Como resultado, começam a surgir cercas amuralhadas para proteger os novos núcleos extra muros entretanto surgidos.

No caso da cidade de Braga a cidade medieval reorganiza-se no quadrante nordeste da anterior cidade romana, deixando extra muros grande parte da mesma. O já mencionado *Mapa de Braunio* ilustra bem as alterações topográficas e urbanísticas da Braga quinhentista (ver fig.2).

Entre os séculos XI e XIII a área abarcada pela cinta medieval ainda é bastante reduzida. A Sé Catedral, consagrada em 1089, ainda tem, certamente, nesta fase uma posição periférica relativamente ao conjunto edificado. Só mais tarde, por volta do século XIV, é que a Catedral passa a ser consolidada como epicentro do núcleo urbano medievo. O local com forte carga simbólica e histórica, foi escolhido de modo estratégico, junto a um pano de muralha da antiga cinta romana tardia e aproveitando-se os materiais da antiga basílica pale-

ocristã e de algumas pedras romanas, algumas das quais epigrafadas e que, como vimos, actualmente ainda se descortinam nas paredes do seu edificado.

Neste 4º itinerário apenas iremos tratar a questão da centralidade das áreas mais emblemáticas da cidade romana e medieval: o *forum* e a Sé Catedral[2].

À semelhança de outras cidades[3], pode supor-se que o *forum* fosse o principal santuário urbano de *Bracara Augusta*. Este local teria coincidido com – o aqui já referido – lugar de *auspicia urbana, de urbe condenda*. Aí teria sido escavada uma fossa no momento da cerimónia da fundação, o *mundus* ou *omphalos* da cidade, livre de qualquer vestígio de morte ou de actividade humana precedente. Como era habitual, este local situava-se num sítio elevado para não perturbar a observação augural e evitar grandes trabalhos de nivelamento do terreno. A sua posição, no centro da cidade romana (*in media urbis*), estava em articulação com os principais eixos viários, caso do *cardo* e do *decumanus maximus* e, consequentemente, com as vias de acesso à cidade e rede de caminhos secundários. Como espaço nodal por excelência, este local era concebido como atalho para chegar a outras zonas da cidade.

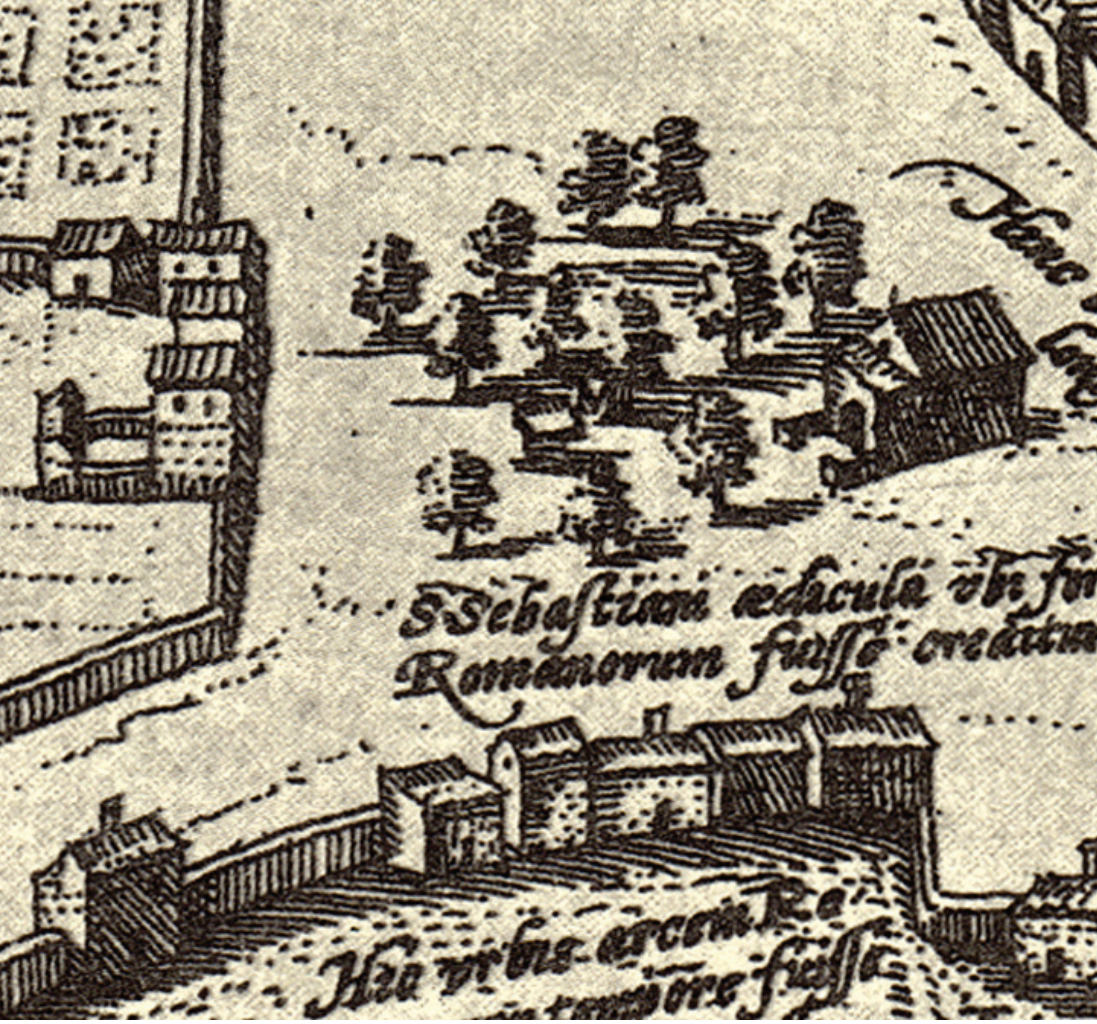
Como já salientou um dos autores (Morais 2010), esta disposição do *forum* parece reproduzir o esquema dos acampamentos militares, não sendo de todo improvável que a planta ortogonal da cidade possa ter como origem a localização e a orientação de um acampamento anterior, entretanto desmantelado, certamente, nessa eventualidade, por ter tido curta existência.

É, no entanto, possível que este espaço começasse por ser um simples espaço ao ar livre onde semanalmente os mercados tinham lugar. O *forum* era o coração da vida cívica: era aí que se concentravam todos os signos da dignidade municipal e se exprimia o sen-

---

[2] A análise da evolução morfológica de Braga, desde a sua fundação até aos inícios da época moderna, foi motivo de tese de doutoramento feita por Maria do Carmo Franco Ribeiro (2008).

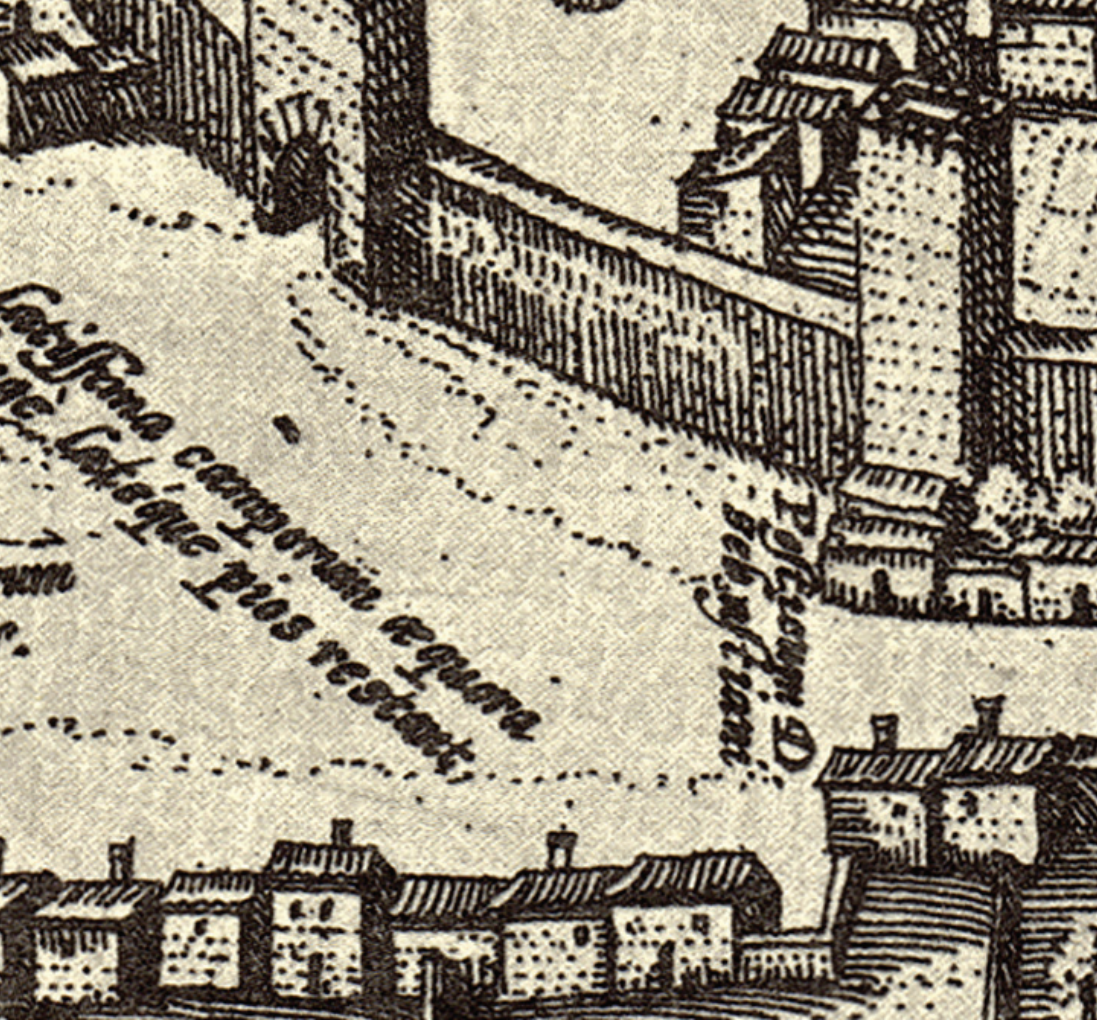
[3] Veja-se o caso de *Paestum* (De Magistris 2007).



timento da pertença ao mundo romano. Lugar de encontro e de cerimónias, este local assegurava as funções políticas, administrativas, judiciais, religiosas, financeiras e comerciais da cidade.

Como vimos, a única referência conhecida quanto à possível localização do *forum de Bracara Augusta* encontra-se no chamado *Mapa de Braunio.* Segundo este autor, o *forum* poderia ter existido no lugar onde se erguia a antiga Igreja de S. Sebastião:

> "*S. Sebastiani aedicula ubi forum Romanorum fuite creditur*" (Igreja de S. Sebastião onde se julga que existiu o forum romano) (fig. 29).



Se se aceitar esta localização, o traçado oeste do *decumanus maximus* corresponderia à actual Rua de S. Sebastião, a oeste do *forum*, enquanto o traçado do sector oriental, poderia ser colocado a norte da actual Rua do Alcaide, até ao Largo de Santiago e prolongando-se na Rua dos Falcões. O *cardo maximus* por seu lado, deveria delimitar o lado Este do *forum*, no sentido Norte/Sul nas proximidades da actual Rua Jerónimo Pimentel, seguindo pelo Largo das Carvalheiras até à actual Avenida de S. Miguel-o-Anjo. Na sua parte Sul este traçado passaria pela actual Rua dos Bombeiros Voluntários. A antiga praça romana obedeceria a uma proporção de 3:2, de acordo com os cânones vitruvianos - uma grande construção em planta rectangular

abarcando seis *insulae*, com cerca de 134,68 x 94,72 metros de lado, o que equivale a cerca de 455 x 320 pés.

Como acontece com as grandes praças de hoje, esta praça albergaria estátuas com inscrições honoríficas e evocação de importantes episódios históricos ou façanhas de personagens ilustres. Por razões de índole religiosa, teria também altares.

Em Braga foram, até à data, recolhidos alguns desses elementos que julgamos poderem provir da área do *forum*. Referimo-nos, em particular, a um fragmento em bronze de uma estátua equestre e a uma inscrição de uma base de estátua. O facto de estes testemunhos não terem sido encontrados na área onde teria existido o *forum* não nos parece ser de valorizar. Devemos ter em consideração que no período tardo-romano as estátuas em bronze foram derretidas e, durante séculos, as populações aproveitaram com diferentes fins

as pedras esquadradas que iam encontrando abandonadas, em diferentes pontos da cidade, independentemente do seu interesse histórico ou arqueológico.

Exemplo disto mesmo é o caso do fragmento de estátua equestre encontrado numa fase associada ao período baixo-imperial da *domus* das Carvalheiras que ilustra as mudanças que a cidade sofreu ainda nos fins do período romano (fig. 30).

Segundo Patrick Le Roux (1996: 369) "teriam existido em Braga magistrados e uma *ordo decurionum* bem como estátuas em honra de personagens importantes, ou de imperadores colocadas em locais de praça pública". Esta estátua teria sido desmantelada do próprio *forum* para ser derretida e reutilizada para outros fins. A reconstituição da estátua equestre proposta por César Figueiredo dá-nos uma dimensão aproximada de 1,60 m por 1,60 m, tamanho

25 cm Esc: 1/5

inferior ao da conhecida estátua de Marco Aurélio em Roma. Esta reconstituição permite-nos saber que o casco direito estaria levantado do solo, numa espécie de ímpeto para o primeiro passo processional (fig. 31).

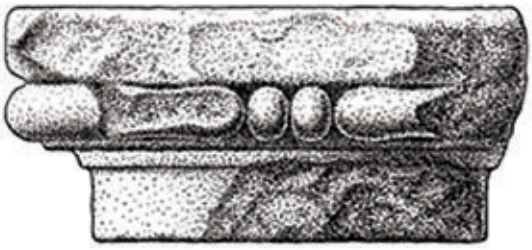
O pedestal de estátua, correspondente a um bloco de granito rectangular em cuja face superior ainda se vê dois entalhes para a fixação de grampos de metal destinados a unir as restantes peças do pedestal, deveria também fazer parte de uma estátua equestre (fig. 32). Trata-se de uma estátua dedicada pela colectividade dos *Bracaraugustani* a um dos netos de Augusto, Aprippa Postumus. A presença deste pedestal vem demonstrar que os cidadãos desta cidade já tinham uma identidade bem definida e com possibilidades de organização que incluíam o custeamento, por expensas próprias, de estátuas a membros da família imperial.

O costume de erigir estátuas de tipo equestre na zona do *forum*, ainda que conhecido em períodos anteriores, generaliza-se a partir da segunda metade do século IV a.C.. A posição das estátuas equestres nos *fora* está documentada pela arqueologia, como é o caso de uma pata de cavalo em bronze encontrada na cidade romana de *Ruscino*, situada junto à actual cidade de Château-Rousillon, nas proximidades de Perpignan (nos Pirinéus Orientais, França) (Barruol e Marichal 1987: 47, 50-51, fig. 6-7).

Mas também podemos ter uma ideia aproximada da vida diária dos *fora* romanos e da presença de estátuas equestres a partir de pinturas murais da cidade de Pompeia. Estas pinturas, datadas do 3º quartel do século I e encontradas na parte sul da chamada via dell'Abbondanza, não muito longe do anfiteatro, provêm do pátio interior ou átrio de uma grande propriedade pertencente a Júlia Félix.

Para além dos vestígios relacionados com estátuas equestres, foram ainda encontradas em Braga grandes bases de colunas e capitéis de diferentes diâmetros nas imediações do Largo Paulo Orósio (fig. 33), local onde estão também referenciadas duas inscrições honoríficas, uma dedicada ao Imperador Constantino Magno e outra onde se lia a palavra *Gallaecia*.

Capitel - vista lateral esquerda

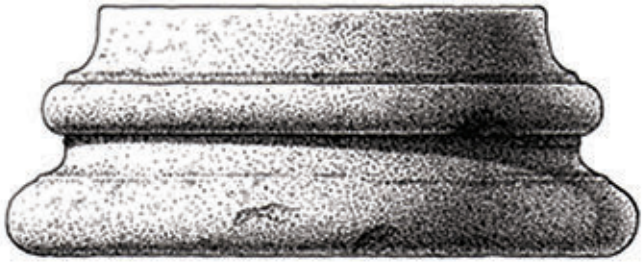


Capitel - vista lateral direita

50 cm Esc. 1:15

Capitel - vista frontal

Capitel - vista superior



Base - vista lateral

Como iremos ver, é possível que estes elementos de arquitectura possam ter pertencido a um edifício de grandes proporções, situado no *forum*, muito provavelmente o templo máximo da cidade. De acordo com os modelos romanos de arquitectura, a construção de um templo estabelecia as bases para a implantação do *forum*. A maior parte das vezes, a frente dos templos estava orientada a sul ou a este. No caso da cidade romana de *Bracara Augusta* o templo do *forum* deveria estar posicionado a este.

O único elemento até à data conservado dado como proveniente do *forum*, hoje "esquecido" na Colina da Cividade, está referido no Dicionário "Portugal Antigo e Moderno" publicado por Pinho Leal nas últimas décadas do século XIX (fig. 34). Nesta obra (Leal 1873: 467) encontra-se esta curiosa referência que passamos a transcrever:

> "Suppõe-se que o edifício da chancellaria existiu no campo agora chamado de S. Sebastião. É certo que a par da capella que deu o nome a este campo, ha a fonte do mesmo nome, onde se conserva uma pedra, em fórma de mesa, quadrada, e n'ella a inscripção seguinte:
>
> BRACARA / AUGUSTA / FIDELIS / ET ANTIQUA.
>
> Esta inscripção estava no plano da mesa, e, quando em 1625, se construiu esta fonte, se mandaram mudar as lettras, na fórma em que agora estão, collocando-as em redor da pedra. Argote suppõe que a primitiva inscripção só dizia Bracara Augusta, e que fidelis et antiqua, se mandou pôr para fazer symetria."

Na acta de uma sessão da Câmara de Braga datada de 06-02-1852, reproduzida por Eduardo Pires de Oliveira (1979: 170), encontramos nova referência a esta peça:

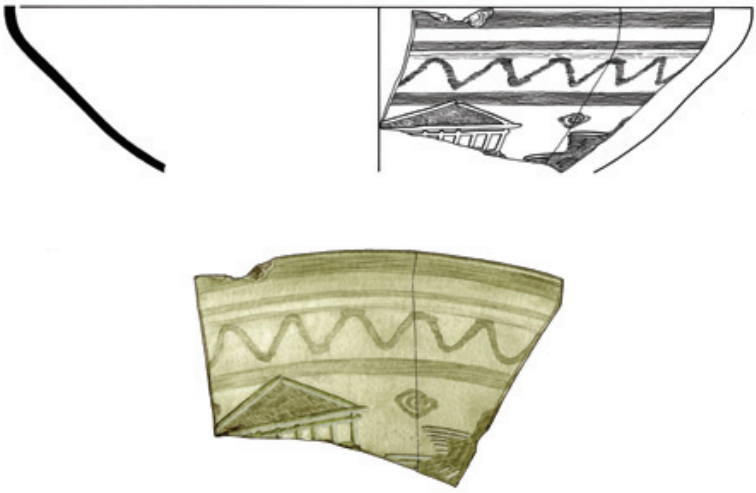
> " Foi presente uma participação de que alguns mal intencionados tinham na noite do dia 4 do corrente para o dia 5 deitado

ao chão uma mesa grande de pedra do tempo dos Romanos nas Carvalheiras de S. Sebastião. Resolveu-se que o senhor vereador das obras a mandasse levantar."

A reprodução do local onde se situava este elemento arquitectónico pode ver-se neste diagrama publicado por Eduardo Pires de Oliveira (id.: 195, fig. 2), a partir da obra *Dissertação sobre o Quinto Anno do Tribunicio Poder do Imperador Romano Caio Júlio Vero Maximino, indicado, contra os dictames dos chronologos, em Inscripções Lapidares, existentes nas Províncias do Norte de Portugal*, publicada na *Revista Litterária*, Porto, 2, 1838: 197.

Na obra "Memórias de Braga", publicada por Senna Freitas em 1890, refere-se um curioso achado igualmente recolhido no local do *forum* romano. Aí teria sido encontrada, em 1620, uma estatueta do deus Mercúrio com placagem de ouro quando se procedia à construção de um muro de suporte para conter o desnível de uma das plataformas onde se situa a igreja. Seria esta a imagem tutelar do templo do *forum*? O importante papel económico e comercial da cidade é neste aspecto muito sugestivo…

Apesar desta área ainda não ter sido escavada com o propósito de identificar antigas estruturas do *forum*, os dados da cultura material até à data reunidos permitem supor a existência de um templo de enormes dimensões, com oito colunas de frente. A existência deste templo foi inicialmente sugerida por dois fragmentos de vidro de produção local que ilustram parte de um edifício com tais características.



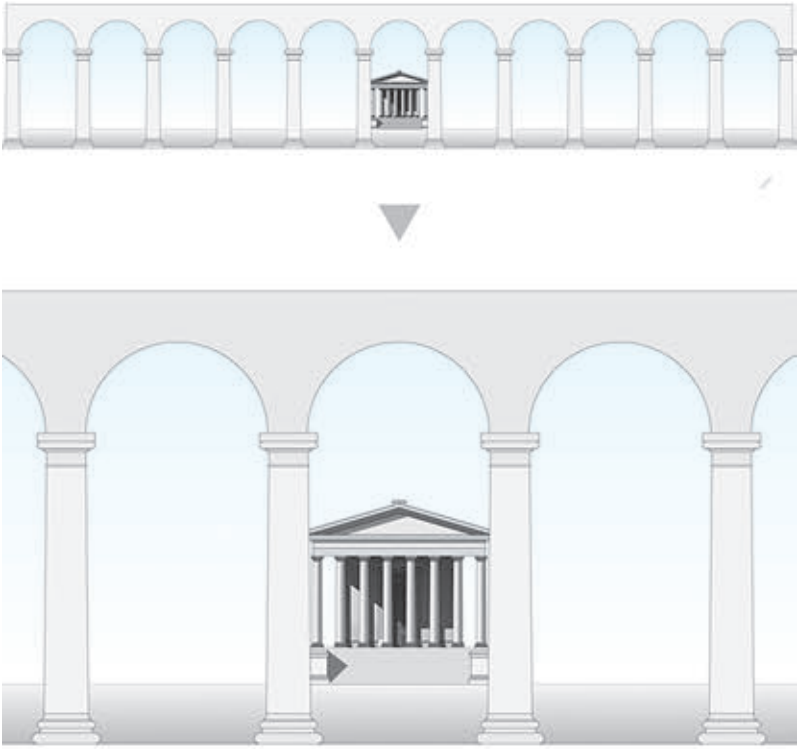
Como nos dias de hoje, em particular em locais de santuários, é costume representar-se os edifícios de culto em copos ou outro tipo de suportes em vidro. E também não é nenhuma novidade que esta tradição já remonta ao mundo romano, conhecendo-se uma série de vidros em cuja decoração se representava os edifícios mais emblemáticos das cidades. Estes vidros são autênticas fontes documentais para o estudo da topografia das cidades, como no caso dos conhecidos vidros produzidos em Putéolos nos séculos III e IV. De entre estes destaca-se um fragmento encontrado em Óstia em cuja decoração se vê parte de um templo ladeado por dois pórticos com inscrições, onde respectivamente se lê STRATA… e DECATR… .

Como oportunamente referiu A. Balil (1964: 170), este fragmento encontra paralelo num exemplar conservado no Museu Nacional de Praga que permite reconstituir as inscrições como STRATA POS. FORV. e THEATRV. DECATRIA. Outros vidros de Putéolos têm inscrições, dedicatórias e representações do porto e de edifícios públicos.

Crê-se que, como nos dias de hoje, estes vidros eram levados como recordação pelos visitantes. Refira-se, ainda, os exemplares encontrados na antiga cidade de Populonia e nas catacumbas dos arredores de Roma e, na Península Ibérica, em Ampúrias e Odemira.

Os dois fragmentos de vidro encontrados em Braga correspondem a taças arqueadas de perfil em S, as segundas formas de produção local mais abundantes. O exemplar recolhido nas escavações das Cavalariças (Rua dos Bombeiros Voluntários) tem uma cor verde amarelada escura e o fragmento das Termas do Alto da Cividade, é de cor verde acastanhada. Este tipo de taças possui uma cronologia de produção/circulação que se inicia nos finais do século III e se mantém em uso até ao século V. Na cidade este tipo de taças são particularmente abundantes no século IV, especialmente entre as décadas de 40 a 80.

Sob o ponto de vista do urbanismo e da topografia da cidade, interessa-nos observar o exemplar mais completo recolhido nas



Termas. Neste fragmento vê-se, com algum pormenor, a representação de um templo octástilo que (pelas dimensões que estes edifícios tinham) julgamos poder corresponder ao templo do *forum* (fig. 35).

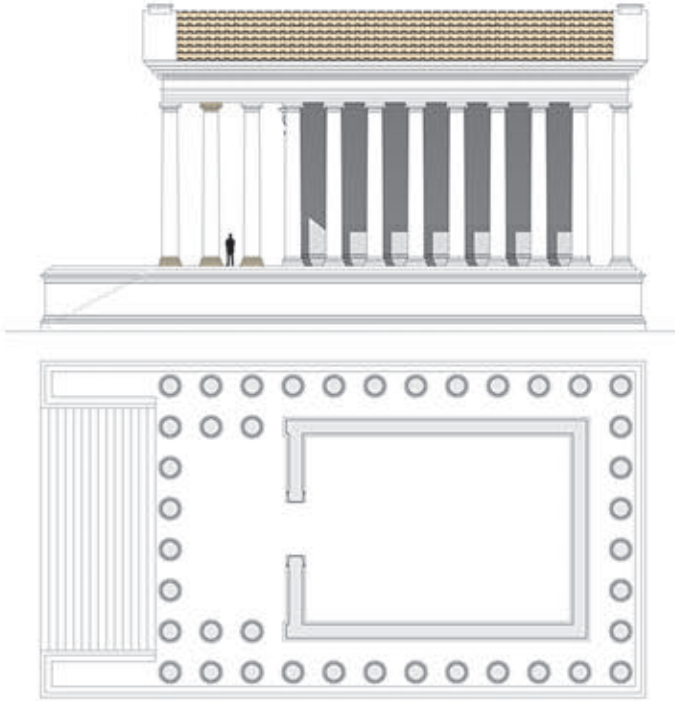
Consideremos também um conhecido vaso cilíndrico encontrado em Clunia. Segundo Mário da Cruz (2008), basta observar cuidadosamente os motivos decorativos presentes neste vidro – como o friso de volutas junto ao bordo, os motivos vegetalistas (cacho de uvas e palmas), arquitectónicos (templo, arcarias e janelas), astrais (sol) e as letras representadas por um crísmon com um ómega (fig. 36) – para reconhecer fortes afinidades com os exemplares produzidos na cidade romana de *Bracara Augusta*. Segundo este autor, a homogeneidade deste tipo de vidros, quer a nível morfológico, como tecnológico e artístico, só se explica pelo facto de terem a mesma origem bracarense, supondo, sem excepção, que tenham sido produzidos nas mesmas oficinas e possivelmente pelo mesmo artesão.

Para o tema que nos interessa, deve atentar-se na decoração do vidro de Clunia a presença de onze arcos, sustentados por colunas com finos capitéis unidos por uma arcaria. Pensamos que esta representação corresponde a um dos pórticos da basílica, situada num dos lados curtos do *forum*, posicionados no lado oposto do grande

templo octástilo, curiosamente aqui também representado; repare-se, em particular, no que parece ser a representação de janelas, integradas no espaço do intercolúnio das oito colunas da fachada do templo (fig. 37).

Esta disposição do *forum* obedece às concepções vitruvianas: uma praça rodeada por pórticos, estruturada de acordo com regras modelares de composição. Como elemento comparativo damos o exemplo da praça do *forum* de Volubilis, sítio arqueológico em Marrocos, onde ainda se conservam as arcadas do pórtico da basílica, datada dos finais do século II e os inícios da centúria seguinte (fig. 38).

No caso de *Bracara Augusta*, a disposição da praça corresponde ao modelo mais popular adoptado a partir do período de Augusto, ou seja, um plano alongado cujo eixo central era dominado pela fachada principal do templo que definia a axialidade, a simetria e a frontalidade de toda a praça.



Se pensarmos que a imagem do templo representado nos vidros é a do *forum* da cidade, este seria, como referimos, octástilo e muito provavelmente díptero, como na sua grande maioria (figs. 39 e 40).

Os modelos para este tipo de edifícios são os dos *fora* de César e de Augusto, em Roma, o último dos quais teve um grande sucesso em todo o Império.

Como pôde ser demonstrado num interessantíssimo estudo de Marshall (2006: 53-64), baseado em cálculos geométricos e matemáticos, o projecto arquitectónico do *forum* de Augusto foi concebido para servir de exemplo. De entre outros aspectos, a autor realça que a área rectangular do *forum,* com cerca de 194 pés, é comparável aos 200 pés do rectângulo inicial de um acampamento militar. Ainda segundo o autor (*id. Ibidem*: 57), é plausível que Augusto, o General, se pudesse rodear de técnicos familiarizados com as técnicas militares no desenho do *forum*. Esta concepção parece ir de encontro às palavras de Vitrúvio (*De architectura* 1, 1, 17) quando implicitamente

considera a arquitectura e a matemática como dois graus de um mesmo ramo de formação.

A existência de outros templos que seguem os exemplos da capital demonstra que existiu uma vontade oficial na transmissão de novos estilos de modelos arquitectónicos. A comprová-lo temos a existência de oficinas itinerantes especializadas, vinculadas aos imperadores em, pelo menos, três momentos históricos distintos - principados de Augusto, Trajano e Adriano - como modo de propaganda imperial e de satisfação das exigências de auto-representação das elites urbanas. É assim possível pensar-se que o templo de *Bracara Augusta* possa ter paralelos aproximados noutros templos octástilos, cuja inspiração parece assentar no modelo do templo do *forum* de Augusto. Na Hispânia conhecem-se alguns exemplos de templos octástilos: a capital provincial, Tarraco, parece ter possuído não um mas dois templos com estas características. Tal como em Braga, a sua descoberta foi inicialmente sugerida a partir de elementos da cultura material, neste caso em moedas. Nessas moedas vê-se dois tipos distintos de templos octástilos: um templo sobre *podium*, ao qual se acedia por meio de uma escadaria central e um outro que assentaria numa plataforma escalonada à moda helénica.

De acordo com um estudo apresentado por Patrizio Pensabene e Ricardo Mar (2004: 83), estes templos teriam frisos de idênticas dimensões mas distanciados cronologicamente alguns decénios. Segundo estes autores (*id. ibidem*), o segundo templo estaria muito provavelmente situado no alto da colina, a grande distância do *forum* provincial, no sítio da actual Catedral. Tácito (Ann. I, 78) refere que este templo teria sido consagrado ao *Divus Augustus*, após a sua morte e posterior consagração. Para o efeito, os habitantes pediram autorização ao novo imperador, Tibério, que lhe concedeu.

Na opinião de Patrizio Pensabene (2004: 175-199), o exemplo de Tarraco foi seguido por muitas cidades na Península durante o reinado de Tibério, ou pouco depois dele. Mais tarde, durante o reinado de Trajano, foi construído um outro templo octástilo, desta vez períptero, elevado sobre um alto pódio, na *Colonia Aelia Augusta Italica*.

Trata-se, até à data, do único templo octástilo arqueologicamente documentado *in situ* na Península Ibérica.

Como evidencia o autor (*id. Ibidem*: 184), os edifícios de culto não se limitaram às capitais provinciais, como comprovam as reformas em templos dos *fora* de Ampúrias, Segóbriga, Carteia e Cartago Nova e de antigos santuários de origem ibérica. Como exemplo destes últimos refira-se a monumentalização em época tardo-republicana do santuário do Barranco del Arrabal de la Encarnación (Caravaca, Múrcia). Na parte sul deste complexo, sob as actuais estruturas da Ermita de la Encarnación e nas suas imediações, encontram-se dois templos romanos da ordem jónica que substituíram, nos inícios do século II a.C., as frágeis edificações de um santuário ibérico anterior. Ao largo de três fases construtivas sucessivas os templos são monumentalizados e engrandecidos. Um destes edifícios, designado por "Templo B", na sua fase final corresponde a um templo octástilo (27,30 x 17,20 m), com onze colunas nos lados mais largos e pseudoperíptero (Gros 1996: 151). As dimensões das colunas correspondem exactamente aos planeamentos teóricos vitruvianos do templo eustilo, realizado por Hermógenes de Alabanda, o grande arquitecto helenístico inventor do templo octástilo pseudoperíptero (Vitrúvio *De architectura* Vitrúvio, 3.3.6-8). Segundo J. M. Blázquez (1995, 36), os paralelos para este templo são os templos octástilos dos *fora* de César e Augusto em Roma, o de Tarraco (autorizado por Tibério) e do divino Trajano, também em Roma.

Não deixa ainda de ser interessante uma proposta antiga da existência de um templo octástilo em Mérida, sugerida no século XIX por Laborde, na sua publicação *Voyage pittoresque et historiques* (Paris 1806, apud. Mierse 1999). Na planta, redesenhada por J. M. Alvarez Martínez, vê-se uma larga estrutura correspondente ao templo de Júpiter com um *pronaos* octástilo.

William E. Mierse no seu livro *Temples and Towns in Roman Iberia* (1999: 66-67, fig. 27, 286) refere que, apesar da discordância de J. M. Alvarez Martínez e T. Hauschild, é plausível admitir que este templo fosse octástilo. Segundo este autor, a semelhança desta planta

com o templo *Mars Ultor* do *forum* de Augusto em Roma e do templo do Capitólio de Narbona no sul da Gália construído no decorrer do século sugere que Laborde tenha visto as ruínas do principal templo de *Augusta Emerita* e que o mesmo tenha sido construído nos primeiros tempos de vida da cidade (*id. Ibidem*: 76-77, fig. 29).

Fora da Península, na Suíça, conhece-se um interessante exemplo da existência de um templo octástilo integrado num santuário de culto imperial datado do século II documentado em Avenches, conhecido por santuário de Cigognier. Este santuário localiza-se a sudoeste do tecido ortogonal da cidade romana de *Aventicum* e compõem-se de um grande *temenos* com pórticos elevados relativamente à área central; o templo prostilo octástilo possui um imponente *pronaos*, que parece invadir o pórtico ocidental e domina todo o espaço (Gros e Torelli 1992: 324, fig. 176).

Outros exemplos de *fora* com templos octástilos são conhecidos em diferentes províncias do Império. De entre estes, destaque-se o de *Leptis Magna* pela sua grandeza e detalhe arquitectónico (Gros e Torelli 1992: 298-299, fig. 156). Foi mandado erigir e seguramente financiado pelo próprio imperador, Septimo Severo, que o concebeu como um autêntico santuário dinástico e de acordo com a tradição da transposição dos modelos "romanos" como símbolo de poder.

Da centralidade do *forum* em época romana passa-se à centralidade da Catedral da cidade medieval. É nesse sentido que temos o tradicional aforismo popular português que sentencia tudo aquilo que é indeterminadamente antigo como "mais velho do que a Sé de Braga" é assim o elemento testemunho determinante da ancestralidade da própria urbe (fig. 41). Mas é igualmente o elemento de continuidade de *Bracara Augusta* aos nossos dias. Talvez por isso mesmo, também se possa compreender que a Sé Catedral de Braga, embora desprovida de todo o arranjo gótico característico de tantas outras catedrais coevas, ficasse alheia às acentuações românticas daquelas ousadias arquitectónicas que incidiram sobre catedrais europeias no século XIX,

permanecendo algo voluntariamente equívoca do seu referente temporal. A Sé conserva a aura mística e mítica do eterno retorno ao lugar mágico, ou sagrado, do nascimento, quiçá de ambos, da fertilidade do ventre materno, do *locus* das origens, enfim, do reduto profusamente desenhado, fotografado, que serviu de motivo imagético privilegiado da urbe, como se de facto quisesse ilustrar o lugar onde tudo começou.

A Catedral, que é uma expressão da longitude do tempo, transcende a própria História e afirma-se como um símbolo intemporal do extremo peninsular. Fundada há mais de 900 anos, em 28 de Agosto de 1089 (Marques 2000), com auto lavrado atestando a respectiva bênção e dedicação a Santa Maria, sob a presença dos mais altos dignitários da igreja ibérica medieval, aí se fixou a sede daqueles que ainda hoje ostentam o título de *Primaz das Hespanhas*. Entre a realidade e o mito, a Sé, porém, era já então um referente de veneração, reverberando, nos tempos coevos da fundação, os antecedentes firmados a uma *Bracara Augusta* distante, convertida à função de foco de irradiação da cristandade, nessa que era então a finisterra ocidental do império romano.

Demarcando-nos da finalidade de perscrutar as datas fundacionais, contentamo-nos em reflectir sobre algumas coincidências, ou talvez não, hoje geralmente aceites como correlacionadas, e de pegar no estímulo das sugestões cruzadas, esboçando aquele que é talvez o mito mais antigo sobrevivente de Braga. De facto à medida que a centralidade do *forum* se vai esbatendo emerge a polarização da Sé de Braga.

Sabida que foi da reutilização de pedras de *Bracara* na própria edificação do Templo, as epígrafes incrustadas nas paredes da catedral e as mais recentes escavações arqueológicas, tanto no interior como no exterior do complexo catedralício, revelam-nos as precedências e as continuidades de um rasto bem mais antigo, os veios omissos de sacros cultos paleocristãos que se reportam, como hoje se aceita, à fundação da própria cidade.

Entre as referências de longo rasto sobressai, como já referimos no itinerário anterior, o culto de Ísis, indiciado por uma das ditas

epígrafes que testemunha o voto que lhe é atribuído pela sacerdotisa *Lucrecia Fida*, oficiante do culto imperial, e que pode igualmente ser explicado pela topológica razão de, no local onde se ergueu a Sé, ter antes certamente existido um mercado romano, indexado a uma outra divindade pagã funcionalmente mais orientada, neste caso denominada de *Genius Macelli*. Independentemente da reutilização das pedras e da sua consequente movimentação, tal como veio a ser comum nos últimos tempos urbanos do império, a cristianização dos templos pagãos conservou algumas inércias substantivas e, seguramente, também alguns padrões simbólico-figurativos que ajudaram a promover a transição das devoções.

Embora se saiba que anteriormente à sagração da Sé Catedral de Braga, pelo bispo D. Pedro, em 1089, o local já merecesse a veneração cristã a Santa Maria e, quiçá também a outros santos, percebe-se facilmente que o templo passou, desde então, a ser o foco central da vida religiosa e política da cidade. Mais a mais quando Braga era a sede de um senhorio eclesiástico sem correição régia, governada pelo seu arcebispo e o seu poderoso corpo capitular. Daí se compreenda que a cintura medieval das muralhas venha a ter a Sé como o centro do seu raio fixando no plano urbano medieval de Braga o centro e a periferia intramuros. Também a desenvoltura do próprio complexo catedralício originou outras centralidades subsequentes. Desde a definição do *parvis* fronteiro à fachada da catedral, que veio a acolher a sede do poder da Câmara, passando por outros desafogos envolventes (antigo *ressio*, actual Largo D. João Peculiar…), até, naturalmente, à proximidade da localização do Paço do bispo.

A centralidade urbana da Sé viria a ser ainda mais acentuada com as obras do arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532). O prelado mandou abrir a Rua Nova, ligando-a à Rua do Souto, estabelecendo assim um eixo de atravessamento da cidade tendo a catedral por ponto central. Exteriormente à cabeceira abriu a Rua de S. João e rectificou a Rua de Maximinos e a Praça do Pão, facto que valorizou ainda mais a centralidade da Sé.

A PERENIDADE DA *URBS*

(Página deixada propositadamente em branco)

Há dois milénios, César Augusto enobreceu a cidade de Braga com o título de Augusta. Do seu nome facilmente se depreende a fusão de dois elementos, um nome de raiz indígena, materializado a partir da denominação de um dos povos mais poderosos da região, os *Bracari* (Brácaros), e outro romano, retirado do epíteto do próprio imperador, *Augustus*.

Estava sancionada a origem sagrada de *Bracara Augusta*. Como nos revelam os testemunhos arqueológicos, a nova urbe, enquanto *oppidum*, impôs-se como centro de produção e de redistribuição de mercadorias, concentrando a sua actividade económica em quarteirões artesanais (Morais 2005). Para além da sua importância económica, o *oppidum* era também uma plataforma natural para as actividades políticas e religiosas, como lugar privilegiado de reunião das populações vizinhas. Numa sociedade em mutação, a cidade era o centro de poder, a capital regional ideal para a promoção social.

Como pudemos apreciar ao longo destes itinerários, e glosando uma metáfora usada por Oliver Taplin em *Fogo Grego* (1989), ao apontar as persistências indeléveis do mundo clássico na contemporaneidade, também *Bracara Augusta* nos revela este rasto matricial, umas vezes no plano simbólico outras na evocação mítica ou lendária. Passados seguramente mais de dois milénios do seu advento muito do tanto com que hoje nos deparamos liberta-se da visão naturalista que as indagações canónicas ainda perseguem para se inscrever também na ordem dos mitos, das singularidades e, porque não, do ambiente quotidiano pelo qual fazemos as nossas vidas. De facto, podemos seguramente reavaliar o nosso passado à luz das perenidades que se impõem ao presente, sem que realmente deixemos de prosseguir com o esforço sistemático da pesquisa científica. Do reconhecimento desta força beneficiaremos todos. Os que cá vivem e os que nos demandam. As actuais gerações e as futuras. *Bracara Augusta* diz respeito a todos nós.

Ou não é verdade que quando caminhamos pela Rua D. Afonso Henriques sulcamos o mesmo espaço viário que os velhos patrícios calcorreavam lá trás. Quem diz esta, refere-se, em geral, às principais

ruas do popular "bairro das travessas", designação cujo significado da geometria induz a presença da antiga malha latina. Este sector do plano urbano de Braga constitui o denominador comum do fio contínuo da História da cidade, essa antecedência bimilenar que manteve aceso o fogo da morfologia urbana latina ao longo dos tempos e que serviu de bitola à saga rectificadora dos "melhoramentos materiais" que promoveram as intervenções urbanas de meados do século XIX, restituindo, assim, como notou informalmente Sande Lemos, o desenho e a amplitude de algumas das suas ancestrais vias romanas. Sem, talvez, o suspeitarem, muitos dos percursos feitos hoje pelos actuais bracarenses decalcam trajectórias pedonais dos seus antepassados romanos de há dois mil anos. As vias são, de facto, de uma resistência notável. Pelo que se ainda hoje quisermos reconstituir algumas das direcções privilegiadas, que demandam a cidade, temos nas antigas vias romanas a estrutura primitiva da rede de estradas de Braga.

Por outro lado, a posição da cidade no contexto sub-regional do Vale do Cávado, essa *auto-estrada* da antiguidade, para o qual a cidade está suficientemente perto, mas não demasiadamente longe, como um ponto estratégico de cruzamento de rotas de longo e curto alcance. Isto é, entre o ponto de navegabilidade fluvial máxima, a montante, e o cruzamento das principais rotas terrestres meridianas, que uniam as portelas mais cruzadas da mobilidade pré-histórica dos montes minhotos. Local incontornável de passagem do início do trajecto vestibular das bacias do Cávado e do Ave, *Bracara*, desde logo, se predispôs para constituir um local de contactos e de trocas que é hoje a marca da sua vocação administrativa e económica.

Mas essa presença faz-se sentir igualmente ao nível mais elementar de que são exemplo os étimos toponímicos que dão nome às freguesias urbanas da Cividade e de Maximinos, só para invocar os mais evidentes que relacionam a cidade com o seu passado romano.

Bracara e Braga estão de facto unidas por um contínuo de persistências que se mantêm ao longo da História. Algumas, até por mais insuspeitas que possam surgir ao senso-comum, têm na ancestralida-

de latina a origem e a sua explicação. Tal é o tradicional ascendente mental e a importância institucional da igreja católica bracarense, uma lídima herdeira dessa antiguidade, muito mais antiga que a própria nação, e que contribuiu para fazer essa transição entre o mundo clássico e o medieval na Península. Ainda hoje a igreja bracarense é um dos principais proprietários de solo urbano e uma das instituições com mais influência na sociedade local. Em Braga registam-se os mais elevados índices sociais e demográficos que têm uma relação estreita com as práticas religiosas e confessionais. Por isso esta é popularmente conhecida como a *Roma de Portugal*.

Mas a contemporaneidade romana manifesta-se também por referências simbólicas. Se é verdade que são inúmeros os apontamentos da arquitectura civil e religiosa que o revelam, desde os frontões, às colunas, aos vasos e às campânulas, bem como a outros motivos decorativos clássicos, não deixa de ser curiosa a persistência de referentes como um *Theatro Circo*, construído no princípio do século passado a justificar a coerência da recente descoberta de um teatro romano, que prossegue em escavações, no alto da colina de Cividade (Fig. 42 e 43).

Mas clássicas foram também as duas mais proeminentes obras de arquitectura do século XX em Braga, os dois estádios municipais de

futebol, ambos recheados de citações e apontamentos pagãos. Do antigo estádio 1º de Maio recordamos uma pedra do anfiteatro flaviano em Roma, o famoso Coliseu, oferecida pela edilidade daquela cidade em 1950, aquando da inauguração do estádio bracarense (Fig. 44).

O novo estádio, conhecido pelo nome de estádio da pedreira, foi inaugurado a 30 de Dezembro de 2003 para a realização do Euro 2004. Projectado pelo arquitecto português Eduardo Soto Moura foi, por diversas vezes, considerado um dos mais originais e belos estádios do mundo e várias vezes premiado (Fig. 45). A sua localização, ainda que polémica, é simbólica, pois se situa na encosta do Monte Castro, dispondo-se na periferia da área urbana da cidade, virado para o vale do rio Cávado.

Aliás Braga manteve sempre essa especial ambivalência entre o sagrado e profano, patente não só nas suas principais obras e correntes artísticas, de que é maior exemplo a arquitectura e as artes decorativas do período barroco, como, particularmente, na celebração das suas festividades. As principais festas de S. João e da Semana Santa são o seu melhor testemunho. As primeiras, muito admissivelmente o efeito da cristianização das ancestrais festas solstíciais, e as segundas, com as suas procissões e préstitos religiosos, uma expressão em espaço público da intemporalidade religiosa de Braga.

A *Bracara* romana, no sentido literal do termo, tem vindo, porém, nos últimos anos a constituir um factor crescente da valorização identitária da cidade. Na verdade, são cada vez mais frequentes e diversificadas as citações a esta época da História da urbe, enquanto factores de referência da cidade actual. Para tal contribuiu, certamente, a existência de um número cada vez maior de estudos, investigações, de núcleos arqueológicos preservados e musealizados; do efeito de missão do Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, como motor da promoção cultural na cidade; bem ainda, do uso dos referenciais romanos como imagem de marca da cidade, de que são exemplo o seu uso por parte da Associação Comercial (fig. 46), a acção de *markting* do Sporting Clube local, e a Festa Romana, organizada pela Câmara Municipal, só para citar

alguns exemplos da crescente interiorização colectiva do passado romano na Braga contemporânea.

Do que ficou de material e de imaterial, aquilo que subsiste, mais do que uma ruína, um fragmento, uma ideia, ou mesmo um hábito, converte Braga numa cidade que enlaça a sua ancestralidade com os tempos actuais, onde essa memória está sempre presente, ainda que sujeita a um processo permanente de reconstrução. No final, como

imagem síntese desse flamejar perene do fogo sagrado votado aos deuses, retemos a expressão agónica do esgar libertador do principal monumento escultórico da Universidade do Minho, o Prometeu agrilhoado, que figura na capa deste estudo e que nos recorda a eterna e universal compaixão dos deuses, ou de Deus – seja o modo como o sintamos – na piedosa misericórdia pela precaridade da nossa condição humana.

O MAIOR
CENTRO COMERCIAL
DO PAÍS TEM
2000 ANOS
Há dois milénios que o Centro de Braga é o palco privilegiado para as melhores transacções comerciais. Os Romanos tiveram essa visão e os Bracarenses cumpriram a sua missão. Não é por acaso que Braga é a Capital do Comércio.
WWW.OCOMERCIOESTANOCENTRO.COM
BRAGA
O COMÉRCIO ESTÁ NO CENTRO
OXYS
EDIGMA
ON.2

FIGURAS

Fig. 1. D. Diogo de Sousa (representação póstuma do arcebispo).

Fig. 2. Planta Urbivisão da cidade de Braga atribuição inserta no *Civitates Orbis Terrarum*, ed. por Georgius Braunio (1594).

Fig. 3. Gravura do santuário da Fonte do Ídolo publicada por Jerónimo Contador de Argote.

Fig. 4. Pormenor do *Mapa da Cidade de Braga Primas* da autoria de André Soares, com a localização da antiga Igreja de S. Pedro de Maximinos.

Fig. 5. Grafito realizado no ano de 1711 num fragmento de *terra sigillata* hispânica alto-imperial.

Fig. 6. Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, Braga.

Fig. 7. Cerâmica do Bronze Final encontrada na zona dos Granjinhos.

Fig. 8. Reconstituição 3D do balneário da ECFB (Laboratório multimédia da UAUM).

Fig. 9. As posições de Braga, Lugo e Astorga definem um triângulo muito próximo de um triângulo pitagórico cujos lados medem, respectivamente, 60, 80 e 100 léguas romanas.

Fig. 10. Diferença entre as distâncias reais das cidades e o triângulo ideal.

Fig. 11. As trajectórias aparentes do sol, nos solstícios e equinócios, para um observador na superfície da Terra.

Fig. 12. Representação das direcções do nascer do sol em diferentes alturas do ano, para a latitude de *Bracara Augusta.*

Fig. 13. A orientação da malha urbana de *Bracara Augusta.*

Fig. 14. a concentração das direcções de cidades num curto intervalo, dentro de um sector vazio, na qual se insere *Bracara Augusta.*

Fig. 15. Altar dedicado a Augusto, comemorando o dia do aniversário do nascimento do legado *Paullus Fabius Maximus.*

Fig. 16. Inscrição relativa à refundação da cidade, actualmente na Sé de Braga, integrada na fachada do Largo D. João Peculiar.

Fig. 17. Reconstituição do texto completo.

Fig. 18. Altar votivo encontrado junto à Via XIX.

Fig. 19. Urna de granito encontrada na necrópole da Via XVII.

Fig. 20. Pequeno bronze encontrado na Colina da Cividade representando a entidade tutelar da cidade.

Fig. 21. Coroa raiada de *Tyche* encontrada na Colina da Cividade.

Fig. 22. Inscrição dedicada a Ísis por *Lucretia Fida*, sacerdotisa do culto imperial.

Fig. 23. Nossa Senhora do Leite (Sé de Braga).

Fig. 24. Arco da Porta Nova.

Fig. 25. Alegoria a Braga no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Fig. 26. Alegoria a Braga no Púlpito da Capela das Convertidas da Penha de França.

Fig. 27. Insígnias de Braga - Século XIX.

Fig. 28. *Brasão* do Município de Braga.

Fig. 29. Pormenor que indica a possível localização do *forum* romano.

Fig. 30. Pata dianteira de uma estátua equestre.

Fig. 31. Posicionamento do fragmento na estátua equestre.

Fig. 32. Parte de pedestal de estátua em honra de *Agrippa Postumus.*

Fig. 33. Desenho de capitel de tipo iónico e base ática provenientes do Largo Paulo Orósio.

Fig. 34. Elemento dado como proveniente do *forum*.

Fig. 35. Fragmento de taça arqueada em vidro de produção local com a representação de templo octástilo.

Fig. 36. Vaso cilíndrico em vidro de Clunia de fabrico bracarense, com arcarias e templo octástilo.

Fig. 37. Representação esquemática das arcarias e do templo octástilo do vidro de Clunia.

Fig. 38. Pórtico da Basílica da cidade romana de *Volubilis* (Marrocos).

Figs. 39 e 40. Proposta de reconstituição do templo octástilo de *Bracara Augusta*. Alçado principal e alçado lateral direito e planta.

Fig. 41. Sé de Braga.

Fig. 42 e 43. Proposta de reconstituição 3D do Teatro Romano (Laboratório multimédia UAUM).

Fig. 44. Pedra do anfiteatro flaviano (Coliseu, Roma). Estádio 1º de Maio.

Fig. 45. Estádio Municipal de Braga inaugurado em 30 Dezembro de 2003 (projecto de Eduardo Souto Moura).

Fig. 46. Cartaz promocional produzido pela Associação Comercial de Braga.

(Página deixada propositadamente em branco)

ESTUDOS

Abascal, J. M. e Rosario Cebrián (2009). Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801. Real Academia de la Historia. Madrid.

Abásolo Alvarez, J. A. (2002). El Mundo Funerario Romano en el Centro y Norte de Hispana: aspectos diferenciales. In Vaquerizo, D. (ed). Actas del Congreso Internacional Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano. Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba. Vol. I, Córdoba, pp. 145-162.

Argote, J. C. (1732-34). *Memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*. II. Lisboa.

Armstrong, N. R. (2001). *Round temples in Roman architecture of the Republic through the late Imperial period*. Oxford.

Azevedo, P. (1897). "Notícias archeologicas colhidas em documentos do século XVIII". *O Archeólogo Português*. 3. Lisboa, 247-248.

Balil, A. (1964). "Varia hellenístico-romana". *Archivo Español de Arqueologia* (nº 109-110, vol. XXXVII). Madrid, 170.

Bandeira, M. S de M. (2000a). "D. Diogo de Sousa: o urbanista - leituras e texturas de uma cidade refundada"(2002), *Bracara Augusta*, rev. cult. da C. M. B., Vol. XLIX, Nº103 (116), Câmara Municipal de Braga, Braga, 2000, 19-58.

(2000b). *O Espaço Urbano de Braga em meados do século XVIII*. Edições Afrontamento. Cidade em Questão/11. Porto.

(2001). *O Espaço Urbano de Braga - obras públicas, urbanismo e planeamento (1790 - 1974), A cidade dos finais do 'Antigo Regime' ao advento da 'II República'*. Tese de Doutoramento em Geografia Humana, Universidade do Minho, (3 vol's), Braga (policopiado).

(2003). *Trinta e três passos virtuosos do Barroco em Braga*, Edição da Câmara Municipal, Pelouro do Turismo, Braga.

(2006). *Cidadania pelo património um matiz Barroco na cultura urbana – Livro de Homenagem a Jean Remy*, col. *Relações Sociais de Espaços* Lisboa, Edições Colibri/CEOS, 35-53.

(2010). 'Três mitos visuais de Braga – um ensaio em geografia cultural', Caminhos nas Ciências Sociais. Memória, mudança social e razão – estudos em homenagem a Manuel da Silva Costa, ICS/UM, Coimbra, 19-30.

(no prelo, a). 'Leituras da paisagem através de postais ilustrados: para uma sócio-semiótica da imagem e do imaginário', *Actas das Jornadas de Geografia e Planeamento 2008 - Geografia. Imagem. Ciberespaço*, UM, ICS, Dep. de Geografia, Couros, 29 de Abril de 2008. Guimarães.

(no prelo, b). 'Memória e paisagem urbana: a construção da imagem patrimonial de Braga desde os acervos ilustrados e fotográficos de referência', *Imagem e Pensamento* – Livro da Conferência Internacional – Lisboa, Museu Colecção Berardo, 5 e 6 de Dezembro de 2007, org. CECL/CECS, Lisboa.

Barruol, G.; Marichal, R. (1987). "Le Forum de Ruscino". *Los foros romanos de las provincias occidentales.* Madrid, 45-54.

Bettencourt, A. M. S. (2000). "Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da bacia do Cávado (Norte de Portugal) ", *Cadernos de Arqueologia, Monografias* – 11, Ed. da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

Braga, C. M. (2010). *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII.* Tese de mestrado em Arqueologia. Universidade do Minho. Braga (policopiada).

Caldas, P. (1852). *Apontamentos gerais sobre os mais notáveis objectos que podem atrair as atenções de S.S. M.M. F.F., na sua viagem pelo Distrito de Braga em 1852.* Braga.

Capel Sanz, H. (2002). *La morfologia de las ciudades – I. Sociedad, cultura y paisaje urbano.* Barcelona. Ediciones Serbal. Col.La estrella polar – 37. Barcelona, 544

(2003). *La morfologia de las ciudades – II. Aedes facere: técnica, cultura y clase social en la construcción de edifícios*. Barcelona. Ediciones Serbal. Col.La estrella polar – 47. Barcelona, 656.

Cardoso, A. P. (2001). *A presença portuguesa em Roma*. Lisboa.

Cardoso, L. (1751). *Dicionário geográfico, ou notícia histórica de todas as cidades, villas, lugares ...* (2 vols.). Lisboa.

Carvalho, H. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia. Universidade do Minho. Policopiado.

Chevalier, J. e Gheerbrant, A. (1994). Dicionário dos Símbolos. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Ed. Teorema, Lisboa.

Coarelli, F. (1989). *Minturnae*. Roma.

Corzo Sánchez, R. (1999) – "Catalogo de Piezas". In *Hispania. El legado de Roma*. Zaragoza, p. 582, n.º 135.

Costa, A. J. da (1993). "D. Diogo de Sousa – Novo Fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura2, *sep. Do Liv. Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 Anos de Dedicação da Catedral*, Braga, 4-5 Maio 1990, Braga, 15-118.

Cruz, M. (2009). *O Vidro Romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Braga. (Tese de Doutoramento policopiada).

Cunha, D. R. (1634-35). *História eclesiástica do arcebispado de Braga*. Braga.

De Magistris, E. (2007). "Paestum e Roma Quadrada. Ricerche sullo spazio augurale". *Serie Storia Antica e Archeologia*. 32. Università degli Studi di Salerno. Napoli.

Drecamer, L. R., Hilton, R., Lapierre, L., Plas, A. (2003). "Le cadaster romain d'Orange". *Archéologia*, nº 404, Dijon.

Diário da República. III série de 23/03/1989.

Diccionário de Geographia Universal. Uma sociedade de Homens de Sciencia… Tomo I (A-C). 1878. Lisboa. 524-527.

Étienne, R. (1974). *Le culte impérial dans la péninsule ibérique d`Auguste à Dioclétien*. Editions E. de Boccard. Paris.

Etxebarria Akaiturri, A. (2008). Los foros romanos republicanos en la Italia centro-meridional tirrena. Origen y evolución formal. *Escuela Española de Historia y Arqueologia en Roma. Série Arqueológica* – 10. Madrid.

Feio, A. (1954). Brasão de Braga, *sep. Bracara Augusta*, vol. 5, nº 4 (29), Braga.

(1984). *Coisas Memoráveis de Braga, e outros textos*. Braga. Univ. do Minho / Bibliot. Públic. de Braga, 154.

Ferreira, J. A. (1928/35). *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (Séc.*III - *Séc.* XX*)*. 4 Tom. Braga. Mitra Bracarense. 2241.

Freitas, S. (1890). *Memórias de Braga* (5 vols). Braga.

González Herrero, M. (2009). "La organización sacerdotal del culto imperial en Hispania". *Hispaniae. Las províncias hispanas en el mundo romano* (Javier Andreu Pintado, Javier Cabrero Piquero, Isabel Rodà de Llanza, eds). *Doc. 11. Institut Català d'Arqueologia Clàssica*. Tarragona, p. 439-451.

Gros, P. (1996). *L'architecture romaine du début du IIIe siècle a. v. J.-C. à la fin du Haut-Empire. 1. Les monuments publics*. Les Manuels d'Art et d'Archéologie Antiques. Paris.

Gros, P. e Torelli, M. (1992). *Storia dell'urbanistica. Il mondo romano*. Editori Laterza.

Le Roux, P. (1996). "Las ciudades de la *Callaecia* romana durante el Alto Imperio". *Gerión* (14). Madrid, 363-379.

Lemos, F. S.; Leite, J. M. F.; Bettencourt, A.; Azevedo, M. (2003). "O balneário pré-romano de Braga". *Al-Madam*. 12. Almada, 43-46.

Macedo, A. M. e Bandeira, M. M. (2004). *Trinta e três passos virtuosos pelas pedras d'armas bracarenses*. Câmara Municipal de Braga. Pelouro do Turismo, Braga.

Magli, G. (2008). "On the orientation of Roman towns in Italy". *Oxford Journal of Archaeology* (vol. 7). Oxford, 63-71.

Marques, J. (2000). Braga, in *Dicinário de História Religiosa de Portugal* – centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa – Dir. Carlos Moreira Azevedo, Circulo de Leitores, R. M., 221-253.

Marshall, D. J. P. (2006). "Origins of an Obsession". *Nexus Network Journal*, vol. 8, nº 1. Fizenze, 53-64.

Martins, M. (2000). *Bracara Augusta: cidade romana*. Universidade do Minho. Braga.

(2004). Urbanismo e Arquitectura em *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana, in *Actas do Congresso Internacional* "*Simulacra Romae. Roma i les Capitals provincials de l'Occident*", Tarragona, 149-175.

(2011). "Braga Romana". *Colecção Histórias de Cidades*. Universidade do Minho, p. 12.

Melchor Gil, E. (2009). "Las elites municipales hispanorromanas a fines de la república y en el alto império: ideologia y conductas sociopolíticas". *Hispaniae. Las províncias hispanas en el mundo romano* (Javier Andreu Pintado, Javier Cabrero Piquero, Isabel Rodà de Llanza, eds). *Doc. 11. Institut Català d'Arqueologia Clàssica*. Tarragona, p. 391-410.

Mierse, W. E. (1999). *Temples and Towns in Roman Iberia*. London.

Montero, S. e Perea, S. (1996). "Augusto y el Bidental de *Bracara* (ad. CIL II, 2421)". In BLÁZQUEZ, J. M. e ALVAR, J. (eds.). *La Romanización en Occidente*. Madrid: Editorial Actas, 299-319.

Morais, R. (2001). "Breve ensaio sobre o Anfiteatro de *Bracara Augusta*. Análise de fotogramas de 1964". *Forum*, 30 (Jul-Dez), Braga, 55-76.

(2002). "O tesouro romano, em prata, de *Bracara Augusta*". *Conimbriga* (41). Coimbra, 219-235.

(2005). "*Ab urbe condita*. Desde a fundação da cidade de *Bracara Augusta*". *Saguntum*. 37. Valência, 125-138.

(2010). *Bracara Augusta*. Edição Câmara Municipal de Braga. Braga.

(no prelo). Novas problemáticas sobre as origens de *Bracara Augusta*.

Morris, A.E. J. (1991, 3ª ed.). Historia de la forma urbana – Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial – Ed. Gustavo Gili, col. Arquitecturas/Perspectivas, Barcelona.

Munford, L. (1964). *La Cité a Travers l` Histoire*. Ed. du Seuil. Paris, 783.

Nunes, H. B. (1993a). "O anfiteatro de *Bracara Augusta*". *Notícias do Minho*. (18 Dezembro). Braga, 14.

(1993b). "Para a história do salvamento da Bracara Augusta", 2, *Mínia*, 3ª serie, Ano I. Braga, 5-29.

Oliveira, E. P. de (1979). "O salvamento de Bracara Augusta – VI. A Câmara de Municipal de Braga e a Arqueologia (1873-1974)". *Minia*. 2ª série, 2(3). Braga, 164-197.

Palol, P. (1991). "Un vidrio tallado, com temas cristianos, de Clunia", *Clunia 0. Studia Varia Cluniensia* (ed. Pedro de Palol et alii). Burgos, 347-354.

Pensabene, P. (2004). "Roma e le capital provinciali. Contributi per lo studio dell'architettura e della decorazione architettonica in maarmo nella Hispania romana". *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del Occidente Europeo. Estudios Arqueológicos* (Reunión celebrada en Tarragona, 12-14 diciembre 2002). Tarragona, 175-199.

Pensabene, P.; Mar, R. (2004). "Dos frisos marmóreos en la Acrópolis de Tarraco, el Templo de Augusto y el complejo provincial de culto imperial". *Simulacra Romae. Roma y las capitales provinciales del Occidente Europeo. Estudios Arqueológicos* (Reunión celebrada en Tarragona, 12-14 diciembre 2002). Tarragona, pp. 73-86.

Portocarrero, G. (2010). "Braga na Idade Moderna – paisagem e identidade, perspectivas em diálogo". 27. *ARKEOS*, CHEIPHAR. Tomar.

Redentor, A. (2011). *A cultura epigráfica no Conventvs Bracaraugu-vstanvs (Pars Occidentalis). Percursos pela sociedade brácara de época romana*. 2 vols. Coimbra (tese de doutoramento policopiada).

Ribeiro, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Dissertação de doutoramento, Universidade do Minho. Braga (policopiada).

Sales, J. e Sousa, R. (2004). "Reminiscências do culto de Ísis no território português: o exemplo de Braga", *in* Cad. Cultura – Diário do Minho, Edição de 10/III/2004, Braga.

Sevillano, M. A. (2005). "El *Forum* de *Asturica*". *Quadernos Municipales*, 7, Astorga.

Simon-Hiernard, D. (1990). "Poitiers: na necrópole du quartier de Blossac-Saint-Hilaire (Ier-IVe s. après J.-C.)". *Archeologie funeraire du Poitou dans l'Antiquité et le Haut Moyen-Age. Mémoire V* (Coédition C.A.E .P., Musées de Poitiers / S.R.A.C. Musée de Chauvigny). Poitiers.

Taplin, O. (1989). *Fogo Grego*. Gradiva/RTC.

Tranoy, A. (1981). *La galice romaine: recherches sur les NW de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité*. Paris.

VV. AA. (1995). *Lucus Augusti, Urbs Romana. As orixes da cidade de Lugo*. Lugo.

Vasconcelos, L. de (1913). *Religiões da Lusitânia*. III. Lisboa, 486-488.

Zanker, P. (1989) – *Augusto e il Potere delle Immagini*. Torino.

(Página deixada propositadamente em branco)

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA

CECH

· U C ·